



AGENDA

da Indústria Capixaba

FINDES

POR VOCÊ. PELA INDÚSTRIA. PELO ESPÍRITO SANTO.





AGENDA

da Indústria Capixaba

FINDES

POR VOCÊ. PELA INDÚSTRIA. PELO ESPÍRITO SANTO.

Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo – Findes

Cristhine Samorini – Presidente

Paulo Alexandre Gallis Pereira Baraona - 1º Vice-presidente

Eduardo Dalla Mura do Carmo - Vice-presidente administrativo

Fernando Otávio Campos da Silva - Vice-presidente financeiro

Luiz Carlos Azevedo de Almeida - Conselheiro Vice-presidente

Manoel de Souza Pimenta Neto - Conselheiro Vice-presidente

Paulo Roberto Almeida Vieira - Conselheiro Vice-presidente

Tales Pena Machado - Conselheiro Vice-presidente

Wellington Simões Villaschi Filho - Conselheiro Vice-presidente

Luis Renato Costa Bueno - Conselheiro Independente

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti - Conselheiro Independente

Paulo Lacerda Almeida e Silva – Diretor Geral

Fabio Ribeiro Dias - Gerente de Relações Institucionais

Leonardo de Paula - Assessor Institucional

Organização: Observatório da Indústria - Findes

Federação das Indústrias do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, 2053, Santa Lúcia,
Vitória, ES, CEP: 29.056-913 | (27) 0800 102 0880

Conselhos Temáticos da Findes

Conselho Temático de Assuntos Legislativos (Coal)

Conselho Temático de Responsabilidade Social (Cores)

Conselho Temático de Relações do Trabalho (Consurt)

Conselho de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico (Copin)

Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa (Compem)

Conselho Temático de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Coemas)

Conselho Temático de Infraestrutura e Energia (Coinfra)

Conselho Temático de Economia Criativa (Conect)

Conselho Temático de Desenvolvimento Regional (Conder)

Conselho Temático de Assuntos Tributários (Contatri)

Câmaras Setoriais Industriais da Findes

Câmara Setorial das Indústrias de Alimentos e Bebidas

Câmara Setorial das Indústrias de Base e Construção

Câmara Setorial das Indústrias de Construção Civil

Câmara Setorial das Indústrias de Mineração

Câmara Setorial da Indústria Moveleira






Câmara Setorial da Indústria do Vestuário

LinkedIn @findes | Twitter @SistemaFindes | Instagram @findes.official

Agenda da Indústria Capixaba 2022.

Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo

SUMÁRIO

CARTA DE ABERTURA	6
1. PAUTA PRIORITÁRIA	8
2. CENÁRIO ECONÔMICO	10
3. PROPOSTAS DA INDÚSTRIA CAPIXABA PARA AS ELEIÇÕES 2022	18
 3.1. Infraestrutura	18
3.1.1 Propostas da Indústria para o tema Infraestrutura	23
 3.2. Financiamento	33
3.2.1. Propostas da Indústria para o tema Financiamento	35
 3.3. Tributação	42
3.3.1. Propostas da Indústria para o tema Tributação	43
 3.4. Inovação	51
3.4.1. 1 Propostas da Indústria para o tema Inovação	53
 3.5. Ambiental, Social e Governança Corporativa (ESG)	58
3.5.1. Propostas da Indústria para o tema ESG	60
4. QUADRO-RESUMO DA AGENDA DA INDÚSTRIA CAPIXABA 2022	66

CARTA DE ABERTURA

Indústria como motor do desenvolvimento

A indústria capixaba e nacional tem grande protagonismo na geração de riqueza, de empregos, de oportunidades. A indústria é um grande motor do crescimento econômico e os números do setor no Espírito Santo reforçam essa relevância.

Com uma participação na economia capixaba de 26,5%, a indústria tem uma fatia de 85% das exportações do Estado. Emprega quase 220 mil profissionais em mais de 15 mil empresas de áreas como metalurgia, extrativa, siderurgia, papel e celulose, construção, moveleira, cerâmica, alimentos e bebidas, confecções, química, entre outros.

Essa cadeia produtiva tem uma capacidade enorme de irradiar oportunidades. Tanto é que a cada R\$ 1 produzido na indústria são gerados R\$ 2,43 na economia brasileira. Ou seja, estamos falando de um setor que é responsável por impulsionar o desenvolvimento do Estado e do país.

Para que esses dados sejam potencializados e o segmento alavanque cada vez mais o crescimento sustentado da economia, é fundamental fortalecermos a indústria e encará-la como estratégica na formulação de políticas públicas que garantam a melhoria dos indicadores socioeconômicos e a qualidade de vida da população.

Por acreditar nisso, a Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes) construiu a Agenda da Indústria Capixaba 2022, documento que reúne as propostas do setor para os candidatos aos Poderes Legislativo e Executivo estadual que vão disputar as eleições deste ano.

O material - construído de forma coletiva, envolvendo todos os atores industriais presentes na Findes, por meio dos conselhos, câmaras, sindicatos, fóruns e grupos de trabalho - apresenta 90 propostas divididas em cinco temáticas: infraestrutura, financiamento, tributação, inovação e ESG (Meio Ambiente, Social e Governança, na tradução da sigla em inglês).

O objetivo da Federação é mostrar diagnósticos e gargalos históricos, assim como apresentar soluções e potencialidades para que problemas que hoje minam o bom ambiente de negócios e a competitividade das empresas sejam superados.

Acreditamos que o diálogo aberto e transparente, baseado na colaboração entre o setor produtivo e o setor público, promove um ambiente para decisões assertivas, que favorecem o crescimento econômico do Estado e do país.

Nas próximas páginas, você vai conhecer a Agenda da Indústria Capixaba 2022, que foi dividida em quatro partes para melhor guiar os candidatos bem como todos os interessados em dialogar com a indústria. Queremos apresentar de forma clara os interesses do setor industrial de modo que juntos possamos fortalecer o caminho de desenvolvimento econômico e social em curso no Espírito Santo.

A primeira parte da Agenda apresenta o cenário econômico, que destaca as variações dos principais indicadores da economia capixaba nos momentos durante e após a pandemia do novo coronavírus. Após o desfecho conjuntural, o documento traz sua pauta prioritária, que seleciona os assuntos considerados de maior importância para ampliar a competitividade do Estado.

A terceira parte lista as temáticas e suas respectivas propostas, organizadas de forma simples e visual. Cada sugestão apresenta um breve contexto. Por fim, é disponibilizado um quadro-resumo da Agenda, com todas as propostas identificadas pelo tema.

A partir deste documento, a Findes quer contribuir ainda mais com o debate e estimular a construção conjunta de pautas que gerem desenvolvimento. Nesse contexto, os governantes e os parlamentares eleitos em 2022 têm papel fundamental.

Eles terão a responsabilidade de direcionar esforços e desenvolver políticas que contribuam para atrair mais negócios para o Estado, para melhorar a logística capixaba, para desburocratizar processos, para

garantir mais segurança jurídica, para estimular a inovação, para fortalecer a educação, para gerar mais oportunidades e empregos.

Contamos com os novos gestores para assumirmos juntos o compromisso de acelerar o crescimento econômico e torná-lo sustentado. Para isso, vemos como fundamental que os candidatos se comprometam com as pautas trazidas nesta Agenda, bem como defendam, no âmbito nacional, a recriação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

Somente com uma pasta dedicada ao setor vamos conseguir construir uma política industrial eficiente capaz de multiplicar oportunidades. Por isso, este documento elenca uma série de ações que vão ao encontro deste objetivo.

Uma política industrial robusta, alinhada às melhores práticas internacionais, que promova mais ganhos de produtividade e investimentos em tecnologia e inovação, é o que vai nos levar a um novo patamar de desenvolvimento socioeconômico. É o que vai nos transportar para o futuro promissor que tanto desejamos.

Não tenho dúvidas de que uma indústria forte é o principal caminho para essa conquista e para alcançarmos resultados cada vez melhores.

Cris Samorini

presidente da Findes

1 PAUTA PRIORITÁRIA

INFRAESTRUTURA

FERROVIAS

1) Garantir a efetivação de contratos que ampliem a competitividade da malha ferroviária do Espírito Santo, tanto em direção ao centro-oeste brasileiro a partir da Ferrovia Centro Atlântica, quanto em direção ao sul do Estado, com a extensão da Estrada de Ferro Vitória a Minas até Anchieta.

2) Propor ações que viabilizem a efetivação dos novos projetos ferroviários no Estado, como por exemplo a Estrada de Ferro-118, que está em fase de planejamento e busca ligar Anchieta a Presidente Kennedy.

RODOVIAS

3) Garantir a concessão da exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de melhorias e manutenção do nível de serviço da Rodovia BR-262 e BR-381.

4) Garantir os investimentos necessários para a conclusão das obras de duplicação e ampliação do nível de serviço da BR 101, de forma a superar este gargalo logístico e reduzir os impactos sobre o setor produtivo.

PORTOS

5) Garantir e agilizar os serviços públicos necessários à efetivação dos projetos portuários do Porto Central, Imetame e Petrocity.

FINANCIAMENTO

ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO

6) Constituir formalmente uma agência de atração de investimentos para o estado do Espírito Santo de forma integrada com as diferentes instituições locais, que possam contribuir para prospecções estratégicas de investidores, com foco na diversificação e no desenvolvimento econômico do Estado.

GARANTIAS

7) Elaboração de medidas que visem a redução das exigências e a complexidade dos processos para obtenção de garantias.

CONCORRÊNCIA

8) Incentivar a concorrência do sistema financeiro por meio da ampliação de alternativas de financiamento, tais como fintechs, fundos de investimento em direitos creditórios, fundos de investimento em participações, cooperativas, entre outros.

TRIBUTAÇÃO

REFORMA TRIBUTÁRIA

9) Aprovação da PEC 110/2019 que promove a reforma na tributação sobre o consumo, ao adotar o modelo de Imposto de Valor Agregado (IVA Dual).

BENEFÍCIOS FISCAIS

10) Redução da base de cálculo do ICMS destinado às saídas internas de gás natural industrial.

BENEFÍCIOS FISCAIS

11) Criação de incentivos tributários para investimentos em tecnologias socioambientais, como os investimentos em descarbonização, eficiência energética, geração de energias renováveis, melhorias de controles ambientais e projetos de impacto social.

INOVAÇÃO

SIMPLIFICAÇÃO

12) Estimular a digitalização dos processos dentro dos órgãos públicos.

CONEXÕES

13) Estimular a atração das áreas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de empresas alocadas no Espírito Santo e que possuem essas áreas localizadas em outros estados ou outros países.

FINANCIAMENTO

14) Intensificar as linhas de financiamento do Bandes direcionadas para projetos que envolvam inovação.

ESG

AMBIENTAL

15) Aumentar a eficiência do processo de licenciamento ambiental, por meio de: ampliação das competências no licenciamento ambiental municipal, maior celeridade na análise dos processos de licenciamento e capacitação e integração dos servidores e órgãos envolvidos no licenciamento.

SOCIAL

16) Ampliar a captação de recursos destinados a políticas públicas para elaboração e execução de projetos sociais, culturais, esportivos e de saúde para crianças e adolescentes matriculados em escolas públicas e/ou residentes em comunidades carentes.

GOVERNANÇA

17) Recriar do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

CENÁRIO ECONÔMICO

No período pré-pandemia, o Brasil estava saindo da grave crise econômica doméstica que perdurou entre o 2º trimestre de 2014 e o 4º trimestre de 2016. Nesse período, o país teve taxas de crescimento negativas nos anos de 2015 e 2016. A economia do Espírito Santo também registrou queda em seu PIB, sendo a mais expressiva no ano de 2016 quando caiu 5,2%, ao passo que o Brasil teve um recuo de 3,3%.

Em 2017 e 2018, houve uma recuperação das economias brasileira e capixaba. Contudo, em 2019, a atividade econômica do Estado foi afetada negativamente, em especial pela queda do setor industrial capixaba. O recuo de 15,9% deste setor explica boa parte da retração de 3,8% no PIB do Espírito Santo naquele ano, conforme pode ser observado no Gráfico 1.

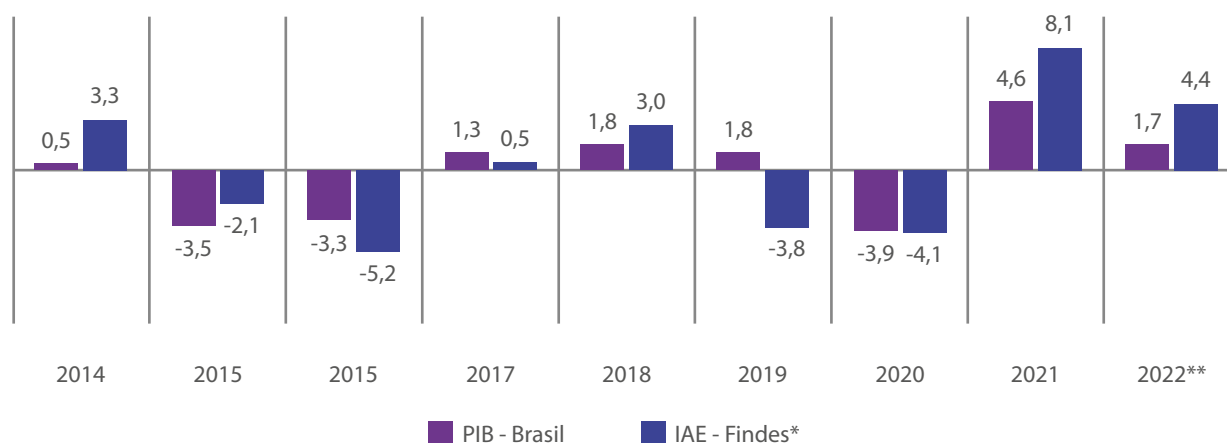
Dentre os fatores que explicam o desempenho da indústria capixaba em 2019 destaca-se a queda da produção de petró-

leo e gás natural (P&G). Além da tendência natural do declínio da produção devido ao amadurecimento dos poços, a atividade sofreu os efeitos das quatro paralisações programadas para a manutenção de três unidades flutuantes de armazenamento e transferência (FPSO) e uma plataforma.

A atividade de pelotização também contribuiu para o recuo do setor industrial, devido ao rompimento da barragem de Brumadinho que afetou a extração de minério de ferro em Minas Gerais. Parte dessa produção era beneficiada nas usinas capixabas e exportada a partir Porto de Tubarão, no Espírito Santo. A produção da Vale S.A, maior empresa do segmento no Estado, foi de 27,3 milhões de toneladas métricas em 2019, resultado 18,6% menor do que o produzido em 2018.

Já na indústria da transformação, em 2019 o setor de papel e celulose enfrentou um cenário internacional adverso com a redução na demanda mundial e a queda no preço internacional da commodity, agravada pela crise comercial entre China e Estados Unidos. As empresas mundiais do setor optaram por reduzir o nível de produção e operar as vendas a partir dos elevados níveis de estoques. A metalurgia também sofreu com a deterio-

Gráfico 1 – Taxa de crescimento do PIB do Brasil e do Espírito Santo*



* IAE-Findes: Indicador de Atividade Econômica para o Espírito Santo calculado pelo Observatório da Indústria/Findes de acordo com a metodologia do Sistema de Contas Regionais (SCR-IBGE).

**Variação do primeiro trimestre de 2022 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Fonte: SCR-IBGE, IAE-Findes. Elaboração: Observatório da Indústria/Findes.

ração das condições do mercado externo, inclusive, naquele ano, a ArcelorMittal S.A. paralisou o alto-forno dois, de Tubarão.

Com a pandemia em 2020, as economias de todo o mundo foram fortemente impactadas. A crise econômica e sanitária causada pelo novo coronavírus (SARS-COV2) fez com que o mundo inteiro adotasse medidas de distanciamento social e paralisação das atividades econômicas como forma de conter a curva de contágio do vírus e preparar os sistemas de saúde para atuar no cenário pandêmico de combate à doença.

Nesse ano, a economia capixaba sofreu retração de 4,1%, refletindo as perdas disseminadas em todas as grandes atividades econômicas do Estado, atingidas em maior ou menor intensidade pelos efeitos da pandemia, segundo as estimativas do IAE-Findes¹. A indústria encolheu 12,2%, o setor de serviços recuou 1,5% e a agropecuária

apresentou queda de 3,1%. A crise ocorreu no momento em que a economia capixaba tentava reagir após a queda de 3,8% na atividade econômica em 2019.

O setor dos serviços foi bastante impactado pelas necessárias medidas de distanciamento social, intensificadas no 2º trimestre de 2020 para o controle da pandemia, que restringiram (total ou parcialmente) o funcionamento de atividades econômicas de intenso contato social, bem como a circulação de pessoas.

Neste cenário, a indústria capixaba enfrentou desafios como a escassez de insumos e de matérias-primas. A forte contração da demanda ocorrida no período e as condições financeiras das empresas levou a indústria a operar com um estoque abaixo do habitual, gerando escassez e aumentos de preços nos insumos no período. Além disso, apresentou dificuldades de acesso a crédito, necessário para enfrentar o período da pandemia.

No país a situação também não era nada promissora, já que o PIB teve o pior resultado da série histórica ini-

1. O IAE-Findes é o Indicador de Atividade Econômica do Espírito Santo com abertura setorial. O IAE-Findes é calculado pelo Observatório da Indústria/Findes. Veja mais em <https://portaldaindustria-es.com.br/categorias/iae-findes/arquivos>.

Tabela 1 – Crescimento anual das atividades econômicas no Espírito Santo e no Brasil

PIB/IAE-Findes	Espírito Santo		Brasil	
	2020	2021	2020	2021
PIB	-4,1	8,1	-3,9	4,6
Indústria total	-12,2	6,1	-3,4	4,5
Extrativa	-21,2	-17,0	1,3	3,0
Transformação	-1,6	16,4	-4,4	4,5
Energia e saneamento	-5,3	5,1	-0,3	-0,1
Construção	-19,1	35,1	-6,3	9,7
Serviços total	-1,5	9,4	-4,3	4,7
Comércio	2,4	12,0	-3,1	5,5
Transporte	-3,0	12,8	-8,4	11,4
Demais ativ. de serviços*	-2,5	8,0	-	-
Agropecuária	-3,1	-1,5	3,8	-0,2

(*) Os valores de 2019 em diante para o Espírito Santo são estimados pelo IAE-Findes.

Fonte: SCR-IBGE.

Elaboração Observatório da Indústria/Findes.

ciada em 1996, ao cair 3,9%. Conforme a Tabela 1, houve registro de queda nos setores da indústria (-3,4%) e dos serviços (-4,3%), e apenas o setor de agropecuária apresentou resultado positivo no ano (3,8%).

A pandemia também impactou fortemente o mercado de trabalho. No último trimestre de 2020 a taxa de desocupação no país chegou a 14,2% da força de trabalho, e no Espírito Santo, o desemprego atingiu 13,2%, afetando, sobretudo, atividades em que as restrições sanitárias se prolongaram.

No comércio exterior em 2020, o valor das importações alcançou US\$ 5,055 bilhões e das exportações foi de US\$ 4,963 bilhões, ou seja, a balança comercial apresentou um déficit de cerca de US\$ 92 milhões, algo que não ocorria desde 1999. Este déficit resultou, principalmente, da contração da quantidade exportada de minério de ferro, que continua sendo o principal produto da pauta de exportação do Espírito Santo.

2019



- 3,8%

A queda da produção de petróleo e gás é um dos fatores que explicam a retração da economia.



- 15,9%

O setor industrial registou a maior queda entre os setores da economia.



- 29,6%

A indústria extrativa foi a mais prejudicada, sobretudo devido à atividade de pelotização.

No cenário internacional, o ano foi marcado pela queda no preço do petróleo e pelos desarranjos das cadeias produtivas globais, em especial a cadeia de suprimentos, o que impactou negativamente o crescimento mundial.

Para mitigar os efeitos depressivos sobre a economia, os governos federal e estadual adotaram medidas de transferência de renda, programas e medidas emergenciais de crédito, de postergação de pagamento de impostos e de operações de crédito, e programas de manutenção do emprego e da renda, a fim de evitar maiores perdas econômicas e sociais.

Já em 2021, a retomada e a reabertura das atividades econômicas, viabilizadas pelas flexibilizações das medidas restritivas contra a Covid-19, devido ao avanço no calendário de vacinação e melhoras no quadro epidemiológico, **resultaram em um crescimento econômico no Estado e no país.**

Neste contexto, após a queda de 4,1% em 2020, a economia capixaba cresceu 8,1% em

2021, revertendo as perdas do primeiro ano de pandemia. Com exceção da agropecuária, que recuou 1,5%, a economia do Estado foi impulsionada pelos crescimentos na indústria (6,1%) e no setor de serviços (9,4%). Ambos registraram desempenhos superiores aos observados para os setores a nível nacional.

O crescimento da indústria capixaba foi motivado pelos avanços das indústrias de energia e saneamento (5,1%), indústria de transformação (16,4%) e da construção (35,1%). Por sua vez, as atividades de serviços foram amplamente beneficiadas com a vacinação contra a Covid-19, juntamente com a adoção de outros protocolos de segurança que permitiram a flexibilização das medidas de distanciamento social.

O PIB do Brasil avançou 4,6%, impulsionado pela indústria e pelos serviços, que registraram crescimentos de 4,5% e 4,7%, respectivamente. Entre os destaques do setor industrial nacional estão os avanços de 4,5% da indústria de transformação e de 9,7% da construção. Já a agropecuária apresentou leve queda de 0,2%.

Em 2021 o Espírito Santo voltou a registrar um saldo positivo em sua balança comercial. **A corrente de comércio do Estado, que é a soma das exportações e importações, foi de US\$ 16,3 bilhões e atingiu o seu**

2020



- 4,1%

A pandemia ampliou as perdas econômicas em 2020.



- 12,2%

A indústria enfrentou desafios como a escassez de insumos.



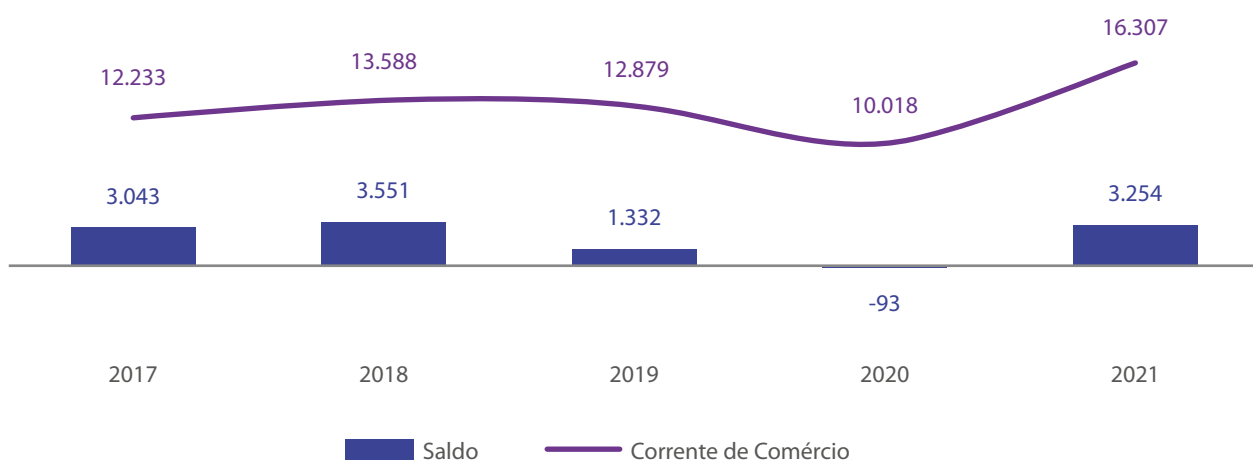
- 21,2%

O setor da indústria extrativa manteve retração elevada naquele ano.

maior valor desde 2014 (US\$ 18,6 bilhões). Dessa forma, o saldo comercial, assim como a corrente de comércio (Gráfico 2), foi explicado pela recuperação do valor exportado da produção capixaba para o resto do mundo. Quando comparado com o total exportado em 2020, o crescimento foi de 97,1%. Já o valor das importações do Estado teve uma alta de 29,1% na passagem de 2020 para 2021.

O comércio exterior é uma variável estratégica para o crescimento econômico do Espírito Santo, que possui grau de abertura comercial² elevado e uma pauta de exportação concentrada em commodities e produtos básicos³. O comércio exterior tem efeitos positivos sobre o PIB e sobre a renda média do trabalhador, e pelo potencial de estimular o aumento da competitividade da indústria local.

Gráfico 2 – Saldo da balança comercial e corrente de comércio do Espírito Santo – US\$ milhões (FOB)



Fonte: Secex (ME).

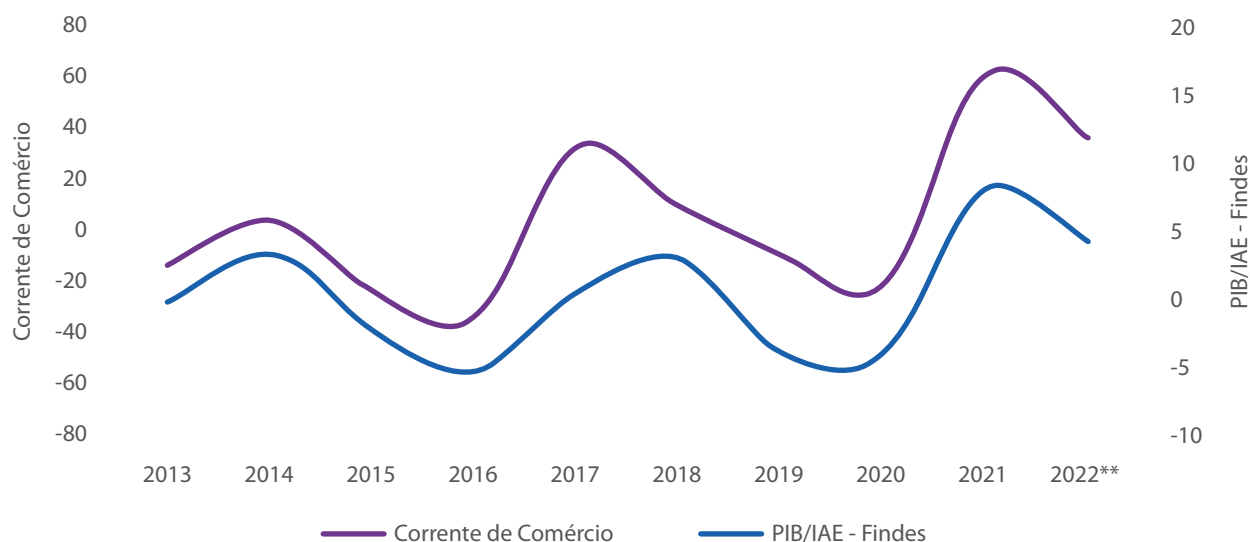
Elaboração: Observatório da Indústria/Findes.

Dado que o crescimento econômico do Espírito Santo possui elevada correlação com os fluxos de comércio internacional do Estado, a atividade econômica apresenta um comportamento semelhante do comportamento da corrente de comércio. Em outras palavras, enquanto os fluxos de comércio internacional crescem (ou retraem) na passagem de um ano para outro, a economia apresenta uma oscilação na mesma direção (Gráfico 3)⁴.

O ano de 2021, além de ter sido marcado positivamente pelo avanço de vacinação contra a Covid-19, também foi impactado negativamente pelo surgimento de novas variantes do coronavírus⁵ e de importantes eventos que elevaram as incertezas, so-

bretudo em função de fatores internos e externos. Entre os fatores externos, estão (i) as pressões inflacionárias nas principais economias do mundo e a alteração nas condições monetárias globais que trouxeram um componente de risco em um momento de recuperação econômica; (ii) a desorganização das cadeias produtivas; (iii) o forte aumento dos custos industriais e alta na inflação; (iv) a crise na cadeia logística, tanto com escassez de contêineres para suprir a retomada da demanda no comércio internacional, quanto com a elevação dos custos do transporte rodoviário doméstico.

Gráfico 3 - Taxa de variação (%) interanual do PIB/IAE-Findes e da Corrente de Comércio do ES



Fonte: Secex (ME).

Elaboração: Observatório da Indústria/Findes.

Além disso, (v) a elevação dos preços internacionais das commodities teve reflexos positivos sobre o crescimento dos países exportadores, e reflexos altistas sobre a inflação global, com maior impacto sobre aqueles em que, devido à alta nas commodities, somou-se a desvalori-

zação cambial, como no caso brasileiro⁶. Outro fator que aumentou a incerteza mundial foi a (vi) crise da empresa chinesa Evergrande, segunda maior incorporadora de imóveis do mundo, que ao entrar em default, exerceu influência sobre o desempenho do setor imobiliário chinês e, conseqüentemente, nos mercados de commodities – aço e minério de ferro⁷.

2. O grau de abertura mede a relação entre o somatório dos valores exportados e importados (a corrente de comércio) de uma determinada região em um determinado período de tempo, e o valor do indicador de atividade econômica, usualmente o PIB. O grau de abertura do Espírito Santo foi de 62% em 2021, calculado a partir dos dados disponibilizados pelo Comex Stat para as informações do comércio exterior e do IAE-Findes para a atividade econômica do Estado. Por analogia, com os dados do PIB, o grau de abertura do Brasil foi de 31% em 2021.

3. No Espírito Santo, a pauta de exportações é caracterizada por sua concentração em produtos intensivos em recursos naturais, sendo cinco as commodities principais: os minérios de ferro, os produtos semimanufaturados de ferro e aço, a pasta química de madeira, o café torrado em grão e os granitos. Na comparação entre os períodos 1997-2001 e 2012-2017, a pauta de exportações do Espírito Santo continuou com elevada participação dessas principais commodities <https://portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/035/original/Estudo_Especial_N._1_Sector_Externo_2018.pdf?1550703742

4. Conforme investigado em Magalhães e Toscano (2013), o elevado grau de abertura da economia capixaba e a concentração de commodities na pauta de exportação do Espírito Santo fazem com que os eventos econômicos externos exerçam uma maior interferência na economia local, se comparada a outros estados. Dessa forma, acompanhar a conjuntura econômica internacional é fundamental para se entender o comportamento da economia capixaba.

5. O surgimento da variante Ômicron preocupou as principais autoridades sanitárias no mundo, por ser uma variante com um grande número de mutações e acentuou o quadro de desigualdade na distribuição e aplicação da vacina entre os países mais ricos e os mais pobres. Veja mais em <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2021/11/29/desigualdade-na-vacao-contra-a-covid-19-pode-causar-mais-5-milhes-de-mortes.ghtml>.

6. Ver https://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/conjuntura/211028_cc_53_nota_8_boletim_de_expectativas.pdf

7. Os impactos desse episódio afetaram a principal commodity mineral, minério de ferro, exportada pelo Brasil e que contribuiu para a redução do preço internacional do minério de ferro observada ao longo do 2º semestre de 2021. Para mais informações, veja https://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/conjuntura/211216_nota_2_evergrande.pdf

2021

**+8,1%**

A economia capixaba reverteu as perdas do primeiro ano de pandemia.

**+6,1%**

O setor industrial apresentou recuperação relevante após sua pior fase, em 2019.

**+ 35,1%**

O setor de construção foi o que mais cresceu, e o resultado da indústria da transformação foi de +16,4%.

Para 2022, as perspectivas seguem em ambiente de elevada incerteza, principalmente após o início da guerra entre Rússia e Ucrânia.

Apesar destes desafios sobre o crescimento da economia mundial, o PIB do Brasil e o PIB do Espírito Santo apresentaram crescimento em 2021 de 4,6% e 8,1%, respectivamente. Tanto no país quanto no Estado, os setores industriais que apresentaram maior crescimento foram o setor de construção e a indústria de transformação.

Para 2022, as perspectivas seguem em ambiente de elevada incerteza, principalmente após o início da guerra entre Rússia e Ucrânia. Passados cinco meses do início do conflito, a economia mundial entra no segundo semestre sem uma perspectiva de encerramento da guerra no curto prazo. As elevadas taxas de inflação e o conflito entre Rússia e Ucrânia devem prolongar os atuais problemas de desorganização das cadeias produtivas.

No último relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em junho, a instituição apontou que a inflação mundial já vinha crescendo desde meados de 2020 com padrões diferenciados entre os países⁸, mas que, recentemente, apresentou uma aceleração mais generalizada entre as economias. Sobre o nível de atividade econômica global, espera-se um crescimento da economia mundial na ordem de 3,0%, estimativa inferior àquela realizada em dezembro do ano passado (4,5%).

No mercado doméstico os desafios são semelhantes, já que as taxas de juros elevadas, além de inibir o consumo das famílias, têm levado ao aperto da política monetária do país, com efeitos sobre o mercado de crédito. Este efeito tende a se intensificar nos próximos meses, o que pode ter reflexos sobre as expectativas de crescimento⁹.

A projeção para o PIB do Brasil em 2022 está em 0,6%¹⁰, explicada pelo fortaleci-

mento nas exportações das commodities, contrabalanceada pelo aumento da inflação – que deve comprometer o poder de compra das famílias brasileiras e desencadear um aperto adicional da política monetária. A estimativa para o PIB anual dos Estados Unidos caiu de 3,7% em dezembro de 2021 para 2,5% em junho de 2022. Para a área do Euro, houve recuo de 4,3% para 2,6%. E para a China, a projeção saiu de 5,1% para 4,4% no mesmo período.

Dado que a China e os Estados Unidos são grandes parceiros comerciais do Espírito Santo, tanto do lado das importações quanto das exportações¹¹, a incerteza e o desempenho econômico desses dois países tende a influenciar o desempenho e as expectativas da economia capixaba. Vale ressaltar que em 2022 esses dois países, juntos, responderam por 36% da corrente de comércio do estado.

Com relação à evolução do mercado de trabalho formal, em 2022 (até o mês de junho) o Espírito Santo registrou abertura de vagas formais. De janeiro a junho de 2022, o Estado acumulou a geração de 32.482 postos celetistas e registrou estoque de 806.284 vínculos formais. A criação de postos formais no ano representou uma ampliação de 4,2% do emprego formal no Estado frente a 2021.

O Espírito Santo tem mostrado uma evolução positiva do seu mercado de trabalho formal e apresentado redução na taxa de desemprego desde o 3º trimestre de

2020, esta última encontra-se em um patamar de 8,0% e atingiu o menor valor desde 2º trimestre de 2015 (6,8%). Contudo, em muitas atividades econômicas, o rendimento do trabalhador permanece abaixo do patamar pré-pandemia.

Além disso, há também os componentes da condução das políticas monetária e fiscal do país que repercutem sobre as tomadas de decisões locais como novos investimentos, sobretudo no atual ano eleitoral. Entre eles, a alta da taxa de juros (com a Selic em 13,75% a.a.) e a continuidade nas propostas econômicas do atual governo (sobretudo a pauta sobre privatizações e reformas estruturais).

O cenário econômico apresentado do pré-pandemia, durante a pandemia e da recuperação após os períodos mais críticos da pandemia teve o intuito de contextualizar os gargalos conjunturais da economia local, nacional e internacional que bloqueiam a ampliação da competitividade e do desenvolvimento da indústria do Espírito Santo. As ações propostas nesta Agenda têm o objetivo de ampliar a competitividade e a produtividade da economia capixaba, visando, especialmente, a manutenção e a ampliação da atração de investimentos estratégicos para diversificar a economia do Espírito Santo.

8. De acordo com a OCDE, as diferenças na gravidade dos efeitos da pandemia, da estrutura da atividade econômica, do mercado de trabalho e das respostas políticas a estes efeitos ajudam a explicar as diferenças entre as variações inflacionárias dos países. Veja o relatório completo em: <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/62d0ca31-en/index.html?itemId=/content/publication/62d0ca31-en>

9. https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220630_notas_visao_geral_conjuntura.pdf

10. Patamar baixo da mediana das expectativas do mercado nacional, no valor de 1,2%, apurada pela Pesquisa Focus do dia 03 de junho/2022.

11. De maneira geral, os principais produtos exportados pelo Espírito Santo para os mercados chinês e estadunidense são: minério de ferro, produtos de aço, rochas ornamentais e óleo bruto de petróleo. Por outro lado, o estado importa: alumínio, aparelhos elétricos e automóveis.

PROPOSTAS DA INDÚSTRIA CAPIXABA PARA AS ELEIÇÕES 2022

3.1 INFRAESTRUTURA

Os temas de infraestrutura permeiam o debate sobre desenvolvimento econômico e estão frequentemente presentes em estudos e análises elaborados pela Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes). A macroárea da infraestrutura pode ser dividida em duas¹²: i) infraestrutura social e urbana, que busca dar suporte aos cidadãos e seus domicílios nos setores de habitação, saneamento e transporte urbano; e ii) infraestrutura econômica, que busca dar suporte ao setor produtivo, a partir dos setores de energia elétrica, petróleo e gás natural, biocombustíveis, telecomunicações, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos.

A infraestrutura econômica está especialmente relacionada ao setor industrial e possui potencial de desenvolver as diversas áreas que compõem a cadeia produtiva do Espírito Santo. No entanto, apesar deste potencial, historicamente há uma insuficiência de investimentos neste setor, o que faz com que o Espírito Santo perca dinamismo econômico, principalmente devido à falta de conexões satisfatórias com outros estados brasileiros. Apesar dos gargalos de infraestrutura enfrentados pelo Estado, o Espírito Santo foi capaz de atrair investimentos de relevância nacional, como os projetos portuários da Imetame, do Porto Central e da Petrocity,

além do processo de desestatização da Codesa, pioneiro no país. Já no setor ferroviário, destacam-se a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), fundamental e indispensável à competitividade do Estado no mercado de exportações de commodities agrícolas; o novo ramal da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) desde Cariacica até Anchieta; a extensão do traçado de Anchieta até Presidente Kennedy, com potencial de conectar o estado ao Rio de Janeiro (Estrada de Ferro 118); além de projetos relacionados ao programa do Governo Federal Pro Trilhos, que buscam ligar o Estado ao Centro-Oeste brasileiro.

Dessa forma, o conjunto de vantagens competitivas relacionadas a esses projetos de infraestrutura são relevantes para o desenvolvimento do Estado e, por isso,

compõem a Agenda defendida pela Findes. Desta forma, esses projetos possuem relevância para o desenvolvimento do estado e, por isso, compõem a Agenda

defendida pela Findes. A seguir são destacadas algumas áreas da infraestrutura, com intuito de evidenciar os principais gargalos e potencialidades do Estado.

PORTOS

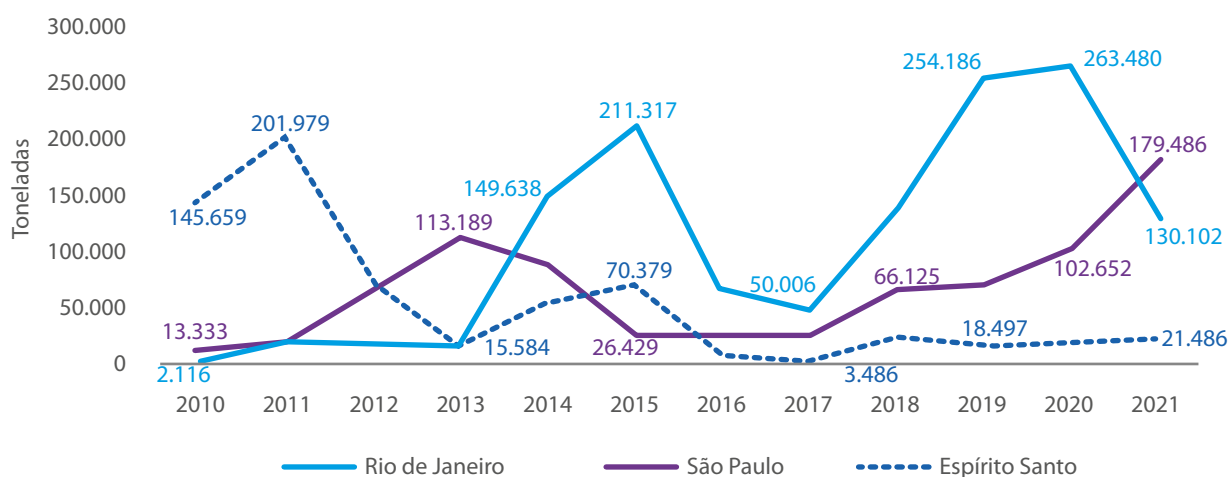
A infraestrutura portuária do Estado conta, atualmente, com cinco portos em operação: Porto de Vitória, Porto da Barra do Riacho, Portocel, Complexo Portuário de Tubarão e Porto de Ubu. Os dois primeiros tratam-se de portos públicos sob atual processo de concessão à iniciativa privada, e os três últimos são portos privados. O Porto de Vitória apresenta papel central para o desenvolvimento do Espírito Santo, por ter sido responsável por escoar os prin-

cipais produtos da economia capixaba ao longo dos anos, com destaque para o café, o minério e as rochas ornamentais. Embora tenha se expandido e modernizado desde o início de suas operações em 1906¹³, seu desenvolvimento é limitado por sua estrutura física, o que resulta em um conjunto de restrições à operação de grandes navios.

Exemplo destas restrições são as exportações de café, que ao longo dos últimos anos foram

absorvidas especialmente por portos dos estados de Rio de Janeiro e São Paulo, com maior capacidade portuária. O Gráfico 4 apresenta a quantidade do café em grãos capixaba que foi exportada a partir destes portos entre o período de 2010 e 2021. Observa-se que, sobretudo a partir de 2017, a participação do Espírito Santo nas exportações do seu próprio café caiu drasticamente, chegando a cerca de 7% em relação a São Paulo nos anos de 2019 e 2020.

Gráfico 4 - Progressão das exportações do café em grãos do Espírito Santo em toneladas, a partir dos três principais portos, 2010 a 2021



Fonte: Comex stat, 2022.

Elaboração: Observatório da Indústria/Findes.

12. Divisão proposta pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em "Infraestrutura Econômica no Brasil: diagnóstico e perspectivas para 2025", Livro 6, v. 1, 2010.

13. Companhia Docas do Espírito Santo, 2022

Por consequência destas restrições, há um conjunto reduzido de empresas que ofertam fretes marítimos internacionais para o Porto de Vitória. Por isso, as empresas capixabas

voltadas ao comércio exterior têm acesso a serviços de fretes marítimos menos competitivos quando comparado a estados como Rio de Janeiro e São Paulo. Neste sentido, torna-se

necessário promover ações capazes de tornar o Porto de Vitória mais atrativo à operação de outros armadores e agentes de carga que ainda não estão presentes no Estado.

AEROPORTOS

O Estado conta com o Aeroporto de Vitória para voos domésticos de passageiros e voo internacional de cargas. Além deste, os aeroportos de Linhares e Cachoeiro de Itapemirim, destinados a voos regionais, estão nas fases de conclusão de obras e planejamento de investimento, respectivamente. A conclusão destes dois projetos será essencial para ampliar a capacidade logística do Estado, uma vez que estes aeroportos estão localizados em municípios-polos em suas regiões: Linhares, que atualmente apresenta o maior volume de investimen-

tos¹⁴ em implantação e expansão de novas empresas fora da região metropolitana, além de ser o maior exportador de mamão do Brasil¹⁵; e Cachoeiro de Itapemirim, detentora do principal polo exportador de rochas ornamentais do país¹⁶.

No que tange ao aeroporto de Vitória, embora ele ofereça operação semanal de voo internacional de carga em aeronave tipo cargueiro, este volume ainda é incipiente para comportar o potencial de exportação aérea que o Estado apresenta, especialmente para as cargas de

mamão, principal produto capixaba que utiliza o modal aéreo para alcançar o mercado externo. De forma semelhante, as importações aéreas também apresentam tempo de trânsito e valor de frete acima de margens competitivas quando comparado a grandes aeroportos internacionais dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Assim, as ações propostas na seção buscam garantir a expansão da infraestrutura aeroportuária para que comporte o fluxo de cargas e pessoas que o estado demanda.

FERROVIAS

Atualmente, a infraestrutura ferroviária do Estado conta com o Corredor Centro-Leste, que é composto pela Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFMV), que liga o litoral do estado ao interior de Minas Gerais, e pela Ferrovia Centro Atlântica (FCA), que estende esta ligação até Goiás (na direção oeste), Ce-

ará (ao nordeste) e São Paulo (ao sudoeste). É através deste corredor que importantes produtos que compõem a pauta exportadora brasileira chegam até os portos capixabas para serem enviadas ao exterior. Dentre eles, destacam-se o minério de ferro, o ferro gusa, a soja, o farelo de soja e o trigo.

A publicação da Agenda da Indústria Capixaba 2022 ocorre no mesmo período em que são discutidos projetos ferroviários importantes para o Estado. Dentre os projetos, destaca-se a renovação da concessão da FCA. A renovação encontra-se em novo processo de avaliação pelo Governo Federal após re-

levante atuação da Findes em parceria com o Governo do Estado, buscando a garantia de investimentos adequados na malha. Por isso, torna-se indispensável que as propostas para

este tema sejam também defendidas pelos futuros representantes do Estado nos âmbitos Legislativo e Executivo, de forma a somar forças para garantir a execução de projetos fundamentais ao desenvolvimento do Espírito Santo.

RODOVIAS

O Espírito Santo está localizado em um raio de 1.200 km dos principais centros consumidores do Brasil como Salvador, Brasília, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. Assegurar uma boa condição da malha rodoviária capixaba é fundamental para o desenvolvimento econômico porque garante que o estado seja a porta de entrada e de saída de produtos direcionados ao comércio exterior, além de garantir o tráfego de produtos produzidos nos limites estaduais e comercializados em outras regiões do Brasil.

A malha de rodovias federais no Estado tem uma dimensão total de 1,6 mil km e as rodovias estaduais somam 6,5 mil km. Entre as rodovias, destacam-se a BR-101, BR-381, BR-259, BR-262, ES-80 e ES-60, que se caracterizam pelo denso fluxo de movimentação de veículos de carga e de

passageiros. Por serem rodovias de conexão e de rotas de saída da produção, tanto para o mercado interno quanto para o externo, são consideradas corredores logísticos estratégicos. Estas rodovias são importantes, principalmente, pela conexão com a estrutura do complexo portuário capixaba. **Assim, é a partir de uma infraestrutura logística eficiente e integrada que o Espírito Santo terá maior competitividade em suas atividades econômicas, e as rodovias desempenham papel central nesse aspecto. Para o Brasil, os custos logísticos correspondem a 12,3% do PIB. No âmbito das empresas, sabe-se que os gastos com logística representam 7,6% de suas receitas líquidas¹⁷.**

A Figura 1 destaca a infraestrutura atual de portos, aeroportos, rodovias e ferrovias, bem como os principais projetos em curso para estes setores. Neste contexto, as propostas apresentadas nesta seção contemplam temas sobre infraestrutura portuária, aeroportuária, rodoviária e ferroviária, além de temas sobre saneamento, energia elétrica, telecomunicações, e infraestrutura de gás natural.

A partir de uma infraestrutura logística eficiente e integrada que o Espírito Santo terá maior competitividade em suas atividades econômicas, e as rodovias desempenham papel central nesse aspecto.

14. Bússola do Investimento do Observatório da Indústria, Findes, 2022.

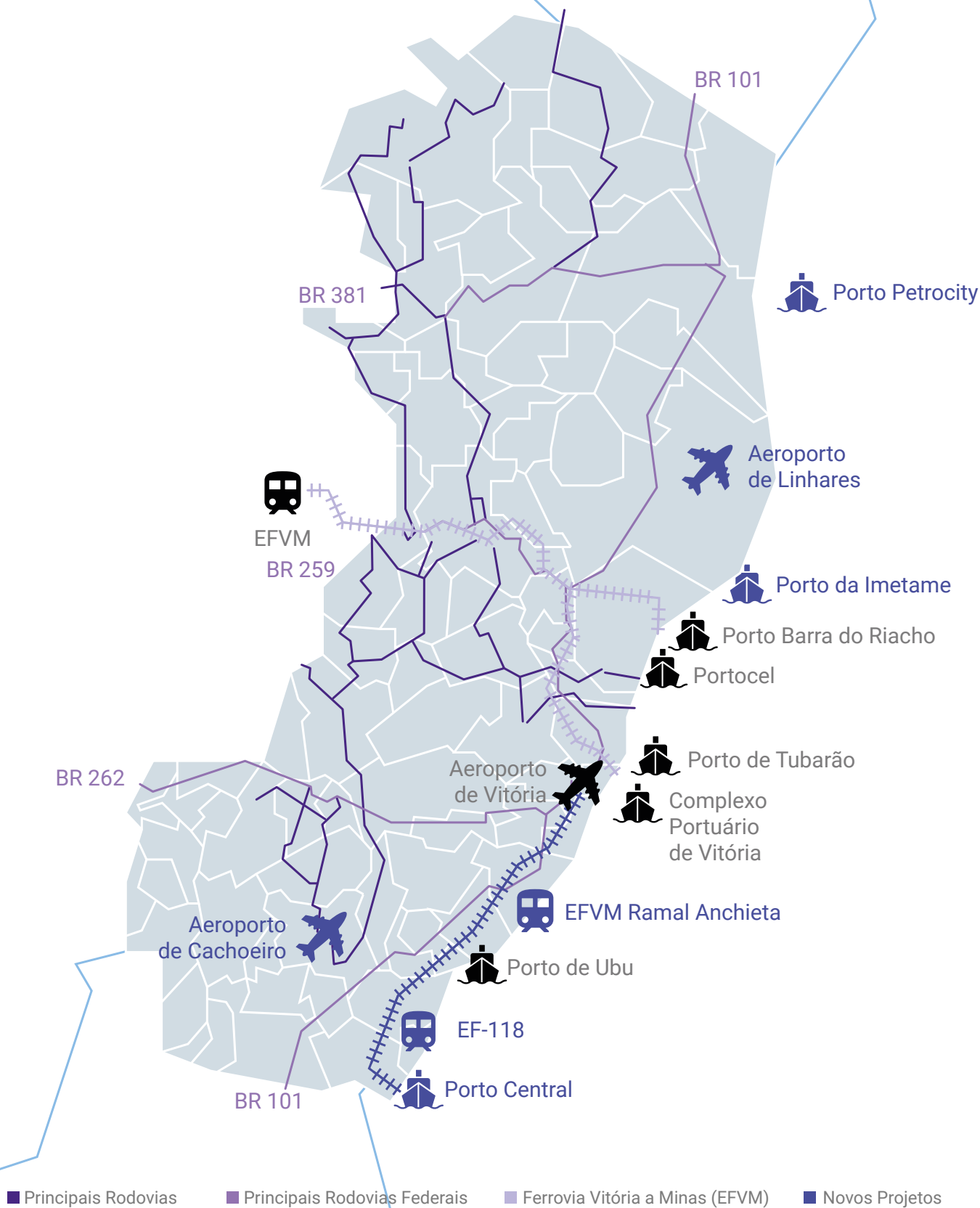
15. Comex stat, Ministério da Economia, 2022.

16. Comex stat, Ministério da Economia, 2022.

17. Custos Logísticos no Brasil, Panorama ILOS 2017.

PROPOSTAS DA INDÚSTRIA CAPIXABA PARA AS ELEIÇÕES 2022

Figura 1 - Mapa do Espírito Santo com portos, aeroportos, ferrovias e rodovias, atuais e futuros



Fonte e Elaboração: Observatório da Indústria/Findes

3.1.1 Propostas da Indústria para o tema Infraestrutura

FERROVIAS



PROPOSTA 1 Garantir a efetivação de contratos que ampliem a competitividade da malha ferroviária do Espírito Santo, tanto em direção ao centro-oeste brasileiro a partir da Ferrovia Centro Atlântica, quanto em direção ao sul do Estado, com a extensão da Estrada de Ferro Vitória a Minas até Anchieta.

PROPOSTA 2 Propor ações que viabilizem a efetivação dos novos projetos ferroviários no Estado, como por exemplo a Estrada de Ferro-118, que está em fase de planejamento e busca ligar Anchieta a Presidente Kennedy.

CONTEXTO: A Ferrovia Centro Atlântica (FCA) compõe o Corredor Centro-Leste, corredor logístico relevante que conecta o estado ao centro-oeste brasileiro e é responsável pelo escoamento de commodities agrícolas pelo Espírito Santo. Além dos grãos que compõem a pauta de exportação brasileira, a FCA também transporta fertilizantes, madeira e celulose. Em âmbito nacional, esta ferrovia tem o potencial elevar a competitividade da logística do Espírito Santo frente a outros estados da federação, especialmente no setor de exportação de commodities agrícolas.

Por sua vez, a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), concedida à Vale, está em fase de extensão. O novo trecho da ferrovia ligará Cariacica a Anchieta e o início das obras está previsto para o primeiro semestre de 2024. A efetivação deste trecho é parte indispensável no projeto de expansão da malha ferroviária do Estado.

Quanto aos novos projetos ferroviários para o Espírito Santo, destacam-se: a Estrada de Ferro-118, que está em fase de planejamento e busca ligar Anchieta a Presidente Kennedy; e os projetos relacionados ao programa federal Pro Trilhos, que contemplam a extensão da EF-118 de Presidente Kennedy ao Rio de Janeiro; a construção de uma ferrovia que ligará Brasília (DF) a Barra de São Francisco; e a construção de um outro traçado ligando Ipatinga (MG) a São Mateus.

FCA: A ATUAÇÃO DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESPÍRITO SANTO

A Federação das Indústrias do Espírito Santo tem atuado neste tema desde 2020, buscando assegurar que a renovação do contrato de concessão da Ferrovia Centro-Atlântica ocorra com base em investimentos adequados, com foco sobre a construção de uma variante na Serra do Tigre. Segundo estudo elaborado pela Fundação Dom Cabral, tal investimento triplicaria a movimentação de cargas no Corredor Centro-Leste, que alcançaria 22 milhões de toneladas anuais já em 2035.

Segundo Cris Samorini, presidente da Findes, *“Investir na malha da FCA significa melhorar as condições logísticas do país. A atualização do Corredor Centro-Leste vai nos garantir um transporte de cargas de modo mais dinâmico, eficiente e com custos mais baixos. Os estudos que fizemos até aqui demonstram que o investimento é necessário para tornar a ferrovia competitiva e evitar que, em um futuro breve, ela fique obsoleta de vez, deixando de cumprir um importante papel de conectar o Espírito Santo ao agronegócio da região central do país”*. Ainda, a presidente destaca que *“A dívida do governo federal com o Espírito Santo no campo da infraestrutura é histórica. Nós já demonstra-*



POR VOCÊ. PELA INDÚSTRIA. PELO ESPÍRITO SANTO.

mos com todo o rigor técnico o potencial da nossa logística e é com base nisso que esperamos que o nosso futuro seja decidido. Agora, precisamos que todos estejam empenhados para não perdermos a chance de tornar o Espírito Santo um estado com uma economia mais pujante e capaz de gerar riquezas em prol da sociedade”.

Um resumo da atuação da Findes pode ser encontrado no link <https://findes.com.br/findes-defende-investimentos-na-fca-para-triplicar-fluxo-de-cargas-no-es/>, além de demais publicações disponíveis nos endereços findes.com.br e portaldaindustria-es.com.br.

FERROVIAS



PROPOSTA 3 Garantir a recuperação das vias férreas do acesso ao terminal de Capuaba, no Porto de Vitória, conforme especificado no Plano de Exploração Portuária anexo ao contrato de concessão da Codesa.

CONTEXTO: Conforme identificado no estudo de engenharia anexo ao contrato de concessão da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), a FIP Shelf 119 Multiestratégia, vencedora do leilão, deverá recuperar o acesso ferroviário ao Cais de Capuaba, uma vez que se trata de modal relevante para a otimização no transporte de cargas, e vem sendo subutilizado devido à degradação resultante da falta de manutenção na via.

RODOVIAS



- PROPOSTA 4** Garantir a concessão da exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de melhorias e manutenção do nível de serviço das Rodovias BR-262 e BR-381.
- PROPOSTA 5** Garantir que as negociações envolvendo a Eco101 e a ANTT, no âmbito da devolução da concessão da BR-101, priorize uma solução de mercado, respeitando os contratos e a garantia de um equilíbrio econômico e jurídico entre as partes envolvidas.
- PROPOSTA 6** Garantir os esforços e investimentos necessários para a conclusão das obras de duplicação e ampliação do nível de serviço da BR 101, de forma a superar este gargalo logístico e reduzir os impactos sobre o setor produtivo.
- PROPOSTA 7** Promoção de estudos de viabilidade técnica, econômico e financeira para avaliação de possíveis concessões da malha de rodovias estaduais do Espírito Santo.

CONTEXTO: Rodovias com deficiência reduzem a segurança, além de impactar negativamente o setor produtivo a partir do aumento de custos sobre a manutenção dos veículos, consumo de combustível e tempo de trânsito. A Findes defende a realização de investimentos nas rodovias que cortam o Espírito Santo, sejam eles modelos de concessão à iniciativa privada ou investimentos diretos dos governos Federal e Estadual. Assegurar uma boa condição da malha rodoviária capixaba é fundamental para o desenvolvimento econômico porque garante que o estado seja a porta de entrada e de saída de produtos direcionados ao comércio exterior, além de garantir o tráfego de produtos produzidos nos limites estaduais e comercializados em outras regiões do Brasil.



PROPOSTA 8 Garantir e agilizar os serviços públicos necessários à efetivação dos projetos portuários do Porto Central, Imetame e Petrocity.

CONTEXTO: A ampliação do complexo portuário considerando estes projetos tem elevado potencial de diversificação da pauta exportadora do Estado, especialmente a partir da operação de navios de maior capacidade, que atualmente operam em terminais privados devido às restrições estruturais do Porto de Vitória.

PROPOSTA 9 Simplificar e reduzir as tarifas portuárias e eliminar cobranças portuárias abusivas.

CONTEXTO: O Espírito Santo é um dos estados brasileiros com maior abertura comercial do país, ou seja, é uma economia que apresenta uma relevante integração com o mercado global. Simplificar e reduzir as tarifas portuárias, bem como eliminar as cobranças abusivas resultará em vantagens competitivas não apenas para o setor industrial capixaba como também para os demais setores integrados ao comércio internacional.

* Fonte: Avanci; Diir (2018). Exportações do Espírito Santo (1997-2017): concentração, vantagens comparativas e perspectivas. Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo (Ideies). Estudo Especial nº 01/2018.

PROPOSTA 10 Regulação econômica do serviço de praticagem.

CONTEXTO: No Brasil, o serviço de praticagem – que é a operações de manobra de entrada e saída dos navios - não conta com regulação econômica, o que resulta na aplicação de preços que tornam o serviço no país um dos mais caros do mundo. No Porto de Vitória, o serviço de praticagem é obrigatório e executado através do Sindicato dos Práticos do Estado do Espírito Santo. A proposta de regulação busca reduzir os custos deste serviço e tempo de espera para atracação.

PRATICAGEM: O QUE DIZ A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA

A CNI defende a regulação do serviço de praticagem pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). Segundo a CNI: “[...] *a praticagem é desenvolvida sob monopólio das associações regionais de práticos e não conta com uma efetiva regulação econômica, impondo altos custos às atividades que dependem do transporte marítimo.*”



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

Atualmente, a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional está amparada pela Lei nº 9.537/1997. Apesar de trazer referências à regulamentação dos serviços de praticagem pela Marinha do Brasil, no Ministério da Defesa, o fato é que a regulação compreende apenas a segurança da navegação, não estando a Marinha equipada ou capacitada para realizar a regulação econômica das atividades relacionadas ao transporte aquaviário. É preciso reduzir o custo e o tempo gasto

pelos navios aguardando a disponibilidade de práticos para realizar a atração de navios na zona portuária. É preciso aprovar um dispositivo legal, nos moldes do PL 4.392/2020, que permita a regulação econômica (preço teto) do serviço de praticagem pela ANTAQ.”

Fonte: Confederação Nacional da Indústria, 2021. “Fretes internacionais e disponibilidade de contêineres: efeitos da pandemia - briefing do setor privado”.

PORTOS



PROPOSTA 11 Distinção entre serviço feeder e cabotagem* no âmbito da BR do Mar

CONTEXTO: A distinção entre os dois serviços se faz necessária para que as tarifas de serviço feeder tenham o menor custo possível, não impactando na competitividade do frete internacional. Este tema deverá ser discutido no país a partir dos investimentos relativos ao Programa BR do Mar, que amplia o serviço de cabotagem no Brasil.

*Feeder: trata-se do transporte de carga de importação/exportação entre portos de menor infraestrutura e grandes hubs logísticos. Seu objetivo é conectar portos menores a portos concentradores, onde os navios de grande porte têm a capacidade de operar.

*Cabotagem: transporte que ocorre entre portos de um mesmo país, sem distinção entre suas capacidades logísticas, para cargas que não necessariamente são voltadas ao comércio exterior.

PORTOS



PROPOSTA 12 Investimento em modernização da operação portuária no Porto de Vitória.

CONTEXTO: Investimento em modernização da operação portuária, para reduzir seu tempo e, por consequência, reduzir o tempo de espera para atracação e aumentar o quantitativo de navios que podem operar em um mesmo berço.

PROPOSTA 13 Propor incentivos à operação de agentes de carga que ofereçam fretes consolidados* com condições competitivas.

CONTEXTO: As opções de frete tipo LCL (carga consolidada) para Vitória são extremamente reduzidas. Como consequência, as empresas que utilizam este tipo de frete geralmente recorrem ao Porto de Santos. Neste caso, o tempo de trânsito se torna mais longo uma vez que o trecho compreendido entre Santos e Vitória tem que ser coberto pelo modal rodoviário. Aumentar a oferta deste serviço será benéfico não só aos empresários capixabas, como também a empresas de municípios de estados vizinhos que também buscam alternativas mais competitivas e poderão utilizar o Porto de Vitória como local consolidador/desconsolidador.

Carga/frete consolidado (LCL): fretes para cargas de menor peso/dimensão, que não requerem o uso de um contêiner cheio (FCL) para seu transporte.

AEROPORTOS



PROPOSTA 14 Garantir a conclusão das obras que possibilitam a operação de voos domésticos nos aeroportos de Linhares e Cachoeiro de Itapemirim.

CONTEXTO: Os aeroportos de Linhares e Cachoeiro de Itapemirim têm por objetivo operar voos domésticos regionais, e são de extrema relevância para o desenvolvimento regional do Estado. Até a conclusão deste documento, o aeroporto de Linhares estava com nova pista concluída e homologada, mas ainda dependendo da obra de expansão do terminal de passageiros para seu pleno funcionamento. Já o aeroporto de Cachoeiro estava em estágio de planejamento de sua expansão para futura utilização, ainda dependendo de acordo entre os governos estadual e federal acerca do financiamento do projeto.

AEROPORTOS



PROPOSTA 15 Viabilizar soluções logísticas que possibilitem a utilização do aeroporto de Vitória para voos internacionais de cargas, com maior frequência e tarifas competitivas.

CONTEXTO: O aeroporto de Vitória possui operação semanal de voo internacional de carga em aeronave tipo cargueiro, mas este volume ainda é incipiente para comportar o potencial de exportação aérea que o estado apresenta. Como exemplo, a carga de mamão, oriunda especialmente de Linhares, precisa ser transportada via modal rodoviário até São Paulo ou Rio de Janeiro para ser enviada ao mercado externo. Da mesma forma, as importações aéreas também apresentam tempo de trânsito e valor de frete acima de margens competitivas, devido ao número reduzido de companhias aéreas que operam no estado.

TELECOMUNICAÇÕES



PROPOSTA 16 Apoiar os municípios na adequação das legislações municipais para a implementação da tecnologia 5G.

CONTEXTO: Para que o serviço de conexão 5G se concretize no Estado, é necessário que os municípios adequem suas leis relacionadas ao processo de licenciamento, habilitação e instalação das antenas transmissoras – as ERBs (Estações Rádio Base). De forma geral, estas legislações precisam apresentar maior aderência à Lei Geral de Antenas, que estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações.

PROPOSTA 17 Garantir a expansão da cobertura do sinal da telefonia móvel em todo o Estado.

CONTEXTO: Segundo a Anatel, cerca de 17 municípios capixabas possuem menos de 20% de suas áreas cobertas por sinal de telefonia móvel. Quanto à tecnologia 4G, há um grupo de 35 municípios do estado onde ao menos 50% de suas antenas ainda não são compatíveis com esta tecnologia.

Fonte: Blog de Ambiente de Negócios / Observatório da Indústria-Findes.

Anatel: <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/infraestrutura/panorama>

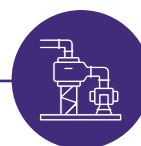
TELECOMUNICAÇÕES



PROPOSTA 18 Garantir a expansão de acesso à internet banda larga em todo o Estado.

CONTEXTO: O acesso à internet banda larga é um dos elementos que propiciam o desenvolvimento socioeconômico de um país ou região. No Estado, em 2021, apenas Vitória apresentava ao menos 20% de sua população com acesso fixo a este serviço, o que representa uma média de 242 instalações de banda larga para cada mil habitantes. Em geral, todos os municípios do Estado estão muito distantes da média de acesso dos países da OCDE, de 332 acessos fixos por mil habitantes.

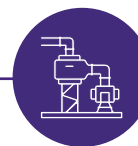
INFRAESTRUTURA DE GÁS NATURAL



PROPOSTA 19 Regular metodologia para análise de viabilidade da expansão da rede de gasodutos, ex-ante ao início dos investimentos.

CONTEXTO: Com a divulgação dos recentes anúncios de expansão da rede de distribuição, realizados pela ESGÁS, propõe-se a elaboração de uma metodologia que direcione a melhor alocação dos recursos, dadas as necessidades de expansão da rede e da conexão de novos clientes. A proposta de metodologia deve constar a definição de critérios claros e objetivos com a finalidade de expansão da malha, ex-ante ao início dos investimentos. Trata-se de uma iniciativa que visa o princípio da melhor alocação dos recursos financeiros.

INFRAESTRUTURA DE GÁS NATURAL



PROPOSTA 20 Garantir a manutenção do processo de desestatização da Companhia de Gás do Espírito Santo (ES Gás).

CONTEXTO: A ES Gás, constituída pela Lei Ordinária nº 10.955/2018, é uma empresa de economia mista em que o Estado do Espírito Santo detém 51% do capital votante e a Vibra Energia (antiga BR Distribuidora), possui os demais 49% do capital votante. A ES Gás atua nos segmentos de distribuição de gás natural nos segmentos residencial, comercial, industrial, automotivo, climatização, cogeração e termoelétrico.

A desestatização da empresa torna-se importante devido a necessidade de ampliar a competitividade do setor no estado, permitindo o acesso a uma molécula de gás natural com menor custo, bem como auxiliar na atração de novos investimentos para o estado.

Documentos importantes:

Lei nº 14.134, de 2021 - Nova Lei do Gás Natural

Lei Estadual nº 11.173, de 020 - Lei Estadual do Mercado Livre de Gás



PROPOSTA 21 Garantir a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com tarifa sustentável tanto para o usuário como para o prestador de serviço.

PROPOSTA 22 Reduzir as perdas na distribuição de água.

PROPOSTA 23 Ampliar a eficiência da prestação dos serviços nas esferas pública e privada, com gestão eficiente a partir de indicadores de desempenho qualificados e factíveis.

PROPOSTA 24 Garantir o incentivo ao desenvolvimento tecnológico do setor.

CONTEXTO: O saneamento básico constitui como fator essencial para o desenvolvimento de uma localidade. No Espírito Santo, cerca de 19% da população ainda não possui acesso à água tratada, 43% mora em domicílios sem acesso ao serviço de coleta de esgoto e 54% em domicílio sem acesso ao tratamento do esgoto. Além disso, o Estado possui em um índice de perdas na distribuição de água de 38,4%, isto é, o percentual do volume de água disponibilizado que não foi contabilizado como volume utilizado pelos consumidores, seja por vazamentos, falhas nos sistemas de medição ou ligações clandestinas.

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)



3.2. FINANCIAMENTO

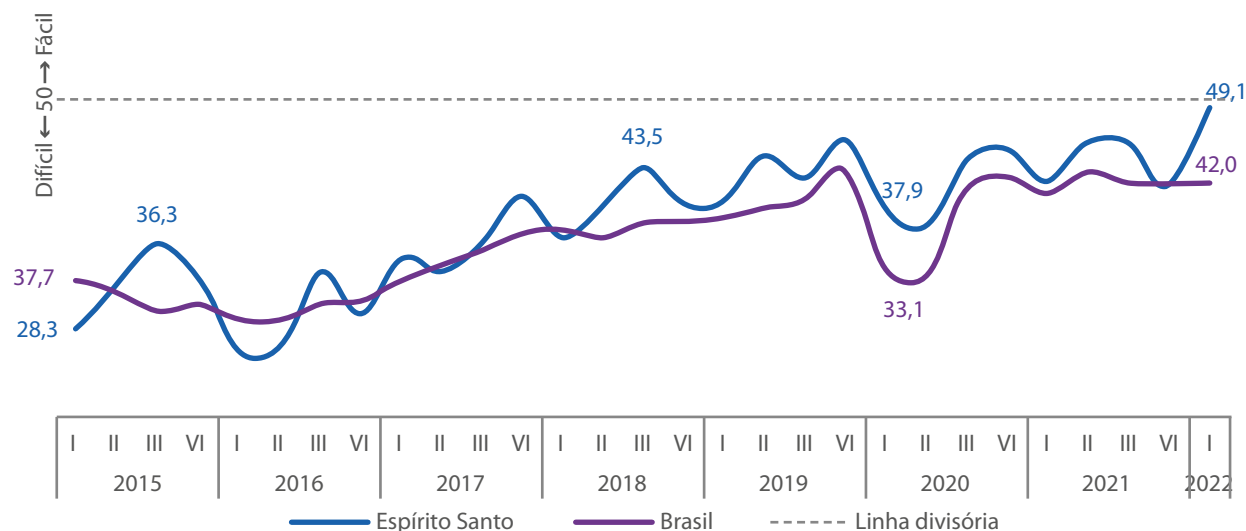
Em um mundo globalizado e cada vez mais competitivo, a obtenção de recursos financeiros para a realização de projetos de investimento de médio e longo prazo se torna relevante para a expansão e crescimento empresarial. O crédito tem influência sobre o crescimento da economia, já que sua maior disponibilidade tende a aumentar o volume de transações comerciais e a capacidade de competitividade industrial.

As melhores condições de acesso ao financiamento pelas empresas se traduz, entre outros aspectos, em aumento da produtividade; incentivos à implementa-

ção de inovação tecnológica nas empresas; possibilidades de acesso a outros mercados; e maior probabilidade de sobrevivência das empresas nos mercados internacionais.

Não obstante, a obtenção de crédito junto a instituições financeiras figura como um dos principais obstáculos para o crescimento dos negócios. De acordo com o índice de facilidade de acesso ao crédito da Sondagem Industrial realizado pelo Observatório da Indústria/Findes em parceria com a CNI, apesar de mostrar uma tendência de melhora, o índice permanece abaixo da linha de 50 pontos, indicando dificuldade na obtenção de crédito na avaliação dos empresários pesquisados no primeiro trimestre de 2022 no Estado e no Brasil.

Gráfico 5 – Índice de Facilidade de acesso ao crédito*



(*) Índices variam de 0 a 100 pontos. Valores acima de 50 pontos indicam facilidade no acesso ao crédito.
 Fonte: Observatório da Indústria/Findes e CNI
 Elaboração: Observatório da Indústria/Findes.

Entre os principais desafios que o setor produtivo do Estado e do país enfrenta para acesso a financiamento, estão:

- Elevadas taxas de juros;
- Burocracia excessiva;
- Exigências de garantias (reais/pessoais) por parte dos bancos;
- Dificuldade de acesso a informações sobre os programas de crédito existentes;
- Falta de crédito de longo prazo, principalmente, os destinados a financiar infraestrutura, atividades de desenvolvimento e projetos de investimento;
- Limitadas fontes alternativas de financiamento.

Por isso, medidas em direção à (i) ampliação do público-alvo; (ii) à desburocratização do mercado de crédito; (iii) à modernização através do uso de tecnologias digitais; (iv) à inclusão de novos agentes financeiros - como fintechs e cooperativas de crédito - serão necessárias para a redução consistente do custo do crédito¹⁸. O elevado custo de financiamento limita a ampliação dos negócios, porque além de dificultar os custos financeiros, inviabiliza investimentos produtivos e onera a competitividade das empresas locais.

Há ainda a necessidade de ajustes no marco normativo e regulatório voltados para a modernização do ambiente institucional e a estrutura operativa do mercado de crédito, a fim de fomentar a concorrência e aumentar a eficiência no sistema financeiro. Melhorias no marco regulatório podem propiciar

uma maior atuação de instituições não bancárias – como o mercado de capitais e de ações – como fontes alternativas de financiamento empresarial. Ao mesmo tempo, é necessário aperfeiçoar o sistema de garantias para ampliar o acesso a linhas específicas que incentivem os investimentos no Estado.

Cabe ressaltar que a heterogeneidade regional e setorial do Estado exige medidas diferenciadas de acesso a crédito para que o setor produtivo continue suas atividades, cumpra com suas obrigações e melhore sua capacidade produtiva.

Também, torna-se necessária a manutenção de medidas e programas de crédito que já se mostraram eficazes, como aqueles utilizados para enfrentar a crise econômica e sanitária da Covid-19 que deram fôlego a empresas, ampliaram a liquidez do sistema financeiro e impulsionaram a atividade econômica.

Em linha com esses desafios do setor, a Agenda da Indústria Capixaba 2022 apresenta ações estruturais direcionadas à acessibilidade, à desburocratização e à modernização do financiamento produtivo no Espírito Santo, visando a competitividade da indústria capixaba e um ambiente de negócios favorável aos investimentos.

18. https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/reb_2020.pdf

3.2.1 Propostas da Indústria para Financiamento

ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS



PROPOSTA 1 Constituir formalmente uma agência de atração de investimentos para o estado do Espírito Santo de forma integrada com as diferentes instituições locais, que possam contribuir para prospecções estratégicas de investidores, com foco na diversificação e no desenvolvimento econômico do Estado.

CONTEXTO: O estado do Espírito Santo tem o seu crescimento econômico atrelado aos fluxos de comércio internacional, e a pauta de exportações do Estado é caracterizada por sua concentração em produtos intensivos em recursos naturais, sendo cinco as commodities principais: os minérios de ferro, os produtos semimanufaturados de ferro e aço, a pasta química de madeira, o café torrado em grão e os granitos. Para alterar essa dependência produtiva concentrada em um grupo de atividades limitado é importante diversificar a economia capixaba, por meio da atração de novos empreendimentos.

Para a Agência de Atração de Investimentos, preconiza-se a criação de um núcleo interinstitucional, com as seguintes atribuições: Prospecionar estrategicamente os investidores; Acompanhar as etapas de concretização dos negócios; Acompanhar e auxiliar na instalação das empresas; Promover e participar de missões comerciais e encontros de negócios; Auxiliar na definição de carteira de projetos para concessões ou PPP's em nível municipal (sob demanda) e em nível estadual.

Além dessas atribuições gerais espera-se que a agência seja a "porta de entrada" das empresas que pretendem se instalar ou investir na expansão dos seus empreendimentos em solo capixaba, fornecendo informações estratégicas que ajudem os investidores a encontrar o melhor local para o sucesso dos seus negócios. Espera-se que a agência acompanhe todas as etapas do atendimento ao investidor, de modo que cada fase seja tratada de forma personalizada e de acordo com as necessidades da empresa investidora, respeitando as especificidades, relevância e tempo de maturação de cada empreendimento. As etapas são: prospecção, identificação da área, assinatura, implementação e aftercare*.

*Os serviços pós-investimentos (aftercare) têm a finalidade de reter os investidores estrangeiros estabelecidos, auxiliando-os na resolução de problemas e no desenvolvimento e expansão de suas atividades. Dentre estes serviços, destacam-se: o fornecimento de banco de dados de fornecedores locais; a mitigação de conflitos; o apoio a capacitação de empresas locais, entre outros.

Fonte: IPEA, 2021. "Agências de Promoção de Investimento - Papel, funções, atividades e definição de estratégias". http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10492/1/td_2628.pdf

CUSTO DO CRÉDITO



PROPOSTA 2 Redução do custo do financiamento de projetos de investimento industrial

PROPOSTA 3 Ampliação de medidas que mitiguem a insegurança jurídica dos contratos de financiamento.

CONTEXTO: O custo de financiamento é um dos principais desafios para o acesso das empresas no mercado de crédito. Com a taxa média de juros e o *spread* bancário em alta no país, as empresas têm menos opções de financiamento. Medidas que mitiguem a insegurança jurídica no mercado de crédito e estimulem a concorrência podem ser realizadas para minimizar perdas associadas com inadimplência e o *spread* bancário e, portanto, reduzir o custo de financiamento do capital no sistema financeiro.

(*) Agenda Legislativa CNI 2022. <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/assuntos-legislativos/produtos/agenda-legislativa/#agenda-legislativa-da-industria-2022%20>

ACESSO À INFORMAÇÕES



PROPOSTA 4 Ampliação da divulgação dos instrumentos, das condições e das fontes de financiamento para o setor, a fim de reduzir as assimetrias informacionais e facilitar o acesso ao crédito.

CONTEXTO: Uma das agendas importantes deve ser o aperfeiçoamento das ações de comunicação e do acesso a informações entre as instituições financeiras (IFs) e o setor produtivo. Parcerias como a do Bandes com o Núcleo de Acesso ao Crédito (NAC) da Findes* para disseminar informações de crédito ou a divulgação de coletâneas das principais linhas de crédito anunciadas pelas IFs, como feito na pandemia, podem facilitar a tramitação e o requerimento de financiamentos no setor produtivo. Além disso, a ampliação de iniciativas como o Cadastro Positivo e o Open Banking são fundamentais porque promovem maior transparência de informações entre os agentes financeiros e favorecem as negociações no mercado creditício.

(*) Ver em <https://findes.com.br/parceria-entre-findes-e-bandes-acelera-acesso-ao-credito-no-es/>

DESBUROCRATIZAÇÃO



- PROPOSTA 5** Implementação de processos ágeis nas instituições financeiras para renovação e validação cadastral, bem como para redução do tempo do processo de análises de crédito.
- PROPOSTA 6** Estabelecimento e/ou adequação de condições de financiamento considerando as especificidades setoriais e regionais.
- PROPOSTA 7** Simplificação dos procedimentos de acesso ao crédito para empresas de pequeno e médio porte, e para crédito rural e habitacional.
- PROPOSTA 8** Facilitação ao acesso de linhas de financiamento para modernização e emprego de novas tecnologias nas indústrias.

CONTEXTO: A desburocratização no acesso ao crédito é uma das pautas prioritárias que a indústria reivindica para sustentar o empreendedorismo e um ambiente de negócios favorável aos investimentos. Medidas criadas em resposta à crise da Covid-19 para desburocratizar o acesso ao crédito, como a dispensa de exigência de uma série de documentos para a contratação ou renovação de empréstimos* e a criação de programas emergenciais de acesso a crédito com condições especiais e diferenciadas**, podem servir de base para criar um ambiente institucional e uma infraestrutura operacional do mercado de crédito menos burocrática e mais célere.

(*) Medidas como a MP 958/2020, o PL 4528/2020, e a MP 1028/2021.

(**) Por exemplo, o Peac-FGI; Peac-Maquinhinhas; CGPE; Pronampe; PESE; Programa Nossocrédito; Créditos Aderes/Bandes, Créditos Bandes/Banestes; Fundo Aval, reparcelamento de operações de crédito, isenção de juros.



- PROPOSTA 9** Aumentar a oferta de linhas de financiamento de longo prazo para a aquisição de insumos, de máquinas e equipamentos e tecnologias nos diferentes setores de atividade econômica, com exigências adequadas, taxas de juros acessíveis e prazos superiores a cinco anos.
- PROPOSTA 10** Ampliação de linhas de financiamento orientadas à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) das empresas e industrialização do setor.
- PROPOSTA 11** Ampliação de linhas de financiamento para a aplicação de novas tecnologias e para projetos sustentáveis.
- PROPOSTA 12** Ampliação de linhas de crédito destinadas a vendas a prazo (recebíveis) para as Micro, Pequenas e Médias empresas.

CONTEXTO: O financiamento no Estado é principalmente de curto prazo, e para investir, as empresas geralmente requerem financiamento de longo prazo. Além disso, o surgimento de modelos de negócios e a conjuntura atual exigem o desenvolvimento de novas formas de financiamento que proporcionem respostas efetivas aos novos desafios do setor. Modernizar, ampliar e diversificar as linhas de financiamento produtivo, incorporando as novas agendas e as novas tendências tecnológicas, pode contribuir para reduzir os custos do financiamento, melhorar a intermediação financeira e dar maior transparência ao sistema financeiro. A disponibilidade do financiamento, em conformidade com os perfis empresariais e as mudanças desencadeadas pela transformação digital e a sustentabilidade, torna-se essencial para manter maior liquidez e fluidez no mercado de crédito.

SISTEMA DE GARANTIAS



- PROPOSTA 13** Ampliação da divulgação dos fundos de garantia disponíveis nas instituições financeiras do Estado para o financiamento das empresas.
- PROPOSTA 14** Facilitar às empresas o acesso a informações sobre o sistema de garantias de crédito existentes no sistema financeiro.
- PROPOSTA 15** Elaboração de medidas que visem a redução das exigências e a complexidade dos processos para obtenção de garantias.
- PROPOSTA 16** Estabelecimento de novas alternativas de garantia para viabilizar a liberação do crédito empresarial.
- PROPOSTA 17** Ampliação dos programas de garantia de crédito para os pequenos empreendedores.

CONTEXTO: O custo de financiamento produtivo está diretamente relacionado à qualidade e disponibilidade das garantias exigidas. De acordo com o Banco Mundial, a falta de garantias é a segunda maior dificuldade enfrentada pelas MPMEs na obtenção de empréstimos bancários. No país, o sistema de garantia de crédito é fragmentado – Fampe/SEBRAE e FGI/BNDES -, burocrático, subutilizado pelas instituições financeiras e limitado devido ao tamanho do setor das MPMEs*, que compõem mais do 90% da estrutura empresarial. No sistema de garantias atual, devem ser superadas as deficiências operacionais e criar critérios de elegibilidade simples e transparentes, bem como promover uma estrutura legal e reguladora que fomenta o crescimento de sociedades privadas de garantias de crédito e diversifique os instrumentos para essas garantias.

(*) Banco Mundial, 2020. "Diagnóstico do Sistema de Garantia de Crédito para financiamento das MPMEs" <https://documents1.worldbank.org/curated/en/907261593605588785/pdf/Brasil-Diagn%C3%B3stico-do-Sistema-de-Garantia-de-Cr%C3%A9dito-para-Financiamento-das-MPMEs.pdf>

NOVO MARCO LEGAL DE GARANTIAS – PL 4188/2021

O Projeto de Lei 4188/21 do Poder Executivo institui o **Novo Marco Legal de Garantias**, que prevê o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no país. De acordo com a CNI, *“o serviço de gestão especializado de garantia será prestado por instituições gestoras de garantia (IGG), que passarão a ter poder exclusivo de constituir, levar a registro, gerir e pleitear a execução das garantias constituídas sobre bens imóveis e móveis, em operações de crédito, por pessoas físicas ou jurídicas”*.

Os principais pontos da proposta são: (i) a criação de instituições gestoras de garantia (IGG) que serão as que gerenciam os ativos dados como garantias de empréstimos pessoais ou empresariais; (ii) a utilização de um mesmo imóvel como garantia em diferentes operações de financiamento, o que atualmente não é possível; (iii) fim de monopólio dos bancos públicos*. O objetivo é facilitar o uso das garantias de crédito, reduzir custos de financiamentos e aumentar a concorrência no sistema financeiro.



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

A posição da CNI é que: *“A revisão do marco de garantias deveria seguir a estratégia adotada durante a pandemia: promover o fortalecimento dos fundos garantidores e a ampliação dos recursos financeiros disponíveis para amplo uso pelos tomadores de crédito.”*

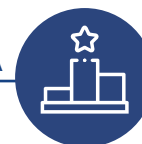
Fontes: Confederação Nacional da Indústria. “Novo Marco Legal de Garantias – Agenda Legislativa 2022”. | (*) Agência Câmara de Notícias. “Proposta do Poder Executivo muda as regras sobre garantias de crédito”.

CONCORRÊNCIA



- PROPOSTA 18** Incentivar a concorrência do sistema financeiro por meio da ampliação de alternativas de financiamento, tais como fintechs, fundos de investimento em direitos creditórios, fundos de investimento em participações, cooperativas, entre outros.
- PROPOSTA 19** Expansão do financiamento empresarial por meio do mercado de capitais, fomentando as dívidas corporativas com certificados de recebíveis e debêntures incentivadas* em infraestrutura e em projetos industriais.
- PROPOSTA 20** Garantir a continuidade de iniciativas como o Fundo de Investimento em Participações (FIP) no âmbito do Fundo Soberano do Estado do Espírito Sano (FUNSES) que oferecem oportunidades de investimento em projetos estratégicos para o Estado.

CONCORRÊNCIA



- PROPOSTA 21** Diversificar repasses do BNDES por meio da inclusão de fintech como novos agentes financeiros na disponibilidade de crédito.
- PROPOSTA 22** Desenvolver uma estrutura de crédito específica para fintech para incentivar inovações e investimentos.
- PROPOSTA 23** Ampliar o papel de cooperativas de crédito como fornecedores alternativos de crédito.
- PROPOSTA 24** Operacionalização do fundo de aval em fintechs ou outros agentes financeiros para disponibilizar maior volume de garantias no sistema financeiro.

CONTEXTO: De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), para aumentar o acesso a novos mecanismos de financiamento e fomentar a concorrência, o mercado de renda fixa corporativa e o desenvolvimento do mercado de ações podem ser explorados pelas empresas para alavancagem financeira**. As cooperativas de crédito também podem desempenhar um papel complementar ao crédito bancário, já que parecem estar dispostas a assumir maiores riscos***. Por sua vez, as fintechs podem contribuir com a modernização do sistema financeiro local porque geram oportunidades tecnológicas e inovadoras, e diversificam a carteira de empréstimos corporativos.

(*) As debêntures incentivadas, emitidas sob o amparo da Lei nº 12.431/2011, estão relacionadas a projetos de investimento em geral, e em particular, a projetos de investimento em área de infraestrutura definidos como prioritários pelo Governo Federal e regulamentados pelo decreto nº 8.874/2016. As debêntures incentivadas usufruem de benefícios tributários e constituem um mecanismo de funding de longo prazo, via mercado de capitais, em alternativa às fontes tradicionais de financiamento. Fonte: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletim-de-debentures-incentivadas>

(**) Agenda Legislativa CNI 2022. <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/assuntos-legislativos/produtos/agenda-legislativa/#agenda-legislativa-da-industria-2022%20>

(***) Fonte: Banco Mundial 2018. <https://pubdocs.worldbank.org/en/278661534983744155/Nota-de-Pol%C3%ADtica-P%C3%BAblica-Mercado-de-Cr%C3%A9dito.pdf>

3.3. TRIBUTAÇÃO

De acordo com a pesquisa Sondagem, da CNI, a elevada carga tributária e o complexo sistema tributário brasileiro seguem como fatores que dificultam o desenvolvimento do setor produtivo. O sistema tributário no país pode ser caracterizado como regressivo, especialmente sobre o consumo, e é marcado pela tributação excessiva e distorcida.

A tributação excessiva eleva os custos das empresas e reduz a capacidade dos nossos produtos de competir com os do resto do mundo, sejam os produtos brasileiros competindo no mercado externo e/ou no mercado nacional diante de produtos importados. Já a complexidade do sistema tributário brasileiro gera distorções na economia e penaliza os necessários investimentos na atividade produtiva.

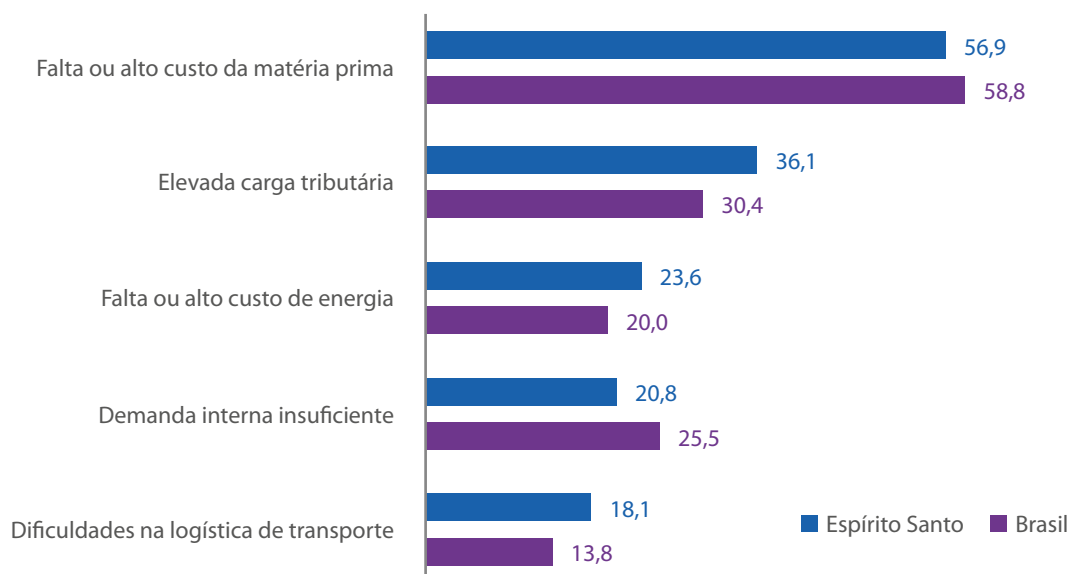
Além disso, a perda de competitividade, a insegurança jurídica e o desentendimento entre os contribuintes e o Fisco, que resulta em elevado contencioso, impactam no bom funcionamento do ambiente de negócios.

A cumulatividade na tributação do consumo prejudica a alocação dos recursos na economia. No Brasil, há pelo menos cinco tributos que incidem sobre o consumo – ICMS, ISS, IPI, PIS/Pasep e Cofins - enquanto a maioria dos países tem apenas um tributo, como o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA)¹⁹. No âmbito da tributação da renda corporativa, de acordo com a CNI, há peso excessivo da tributação e suas regras estão em desacordo com o padrão mundial²⁰.

Entendemos que um sistema tributário eficiente, justo e a boa alocação de recursos nos serviços públicos, como saúde, educação, segurança, entre outras são fundamentais para acelerar o desenvolvimento econômico do Brasil. Ao buscar a simplicidade, a neutralidade, a transparência e a isonomia, o sistema tributário se tornaria mais eficiente, contribuindo para aumentar a competitividade das empresas, com geração de emprego e renda para a população. Nesse sentido, o setor industrial capixaba apoia uma reforma tributária que seja capaz de reduzir o Custo Brasil, amparada na simplificação e na desburocratização no pagamento de tributos.

A elevada carga tributária foi o segundo maior problema enfrentado pelos industriais capixabas no 1º trimestre de 2022, conforme pode ser visto no Gráfico 6. Portanto, a temática tributação é fundamental e urgente à indústria capixaba, e a presente Agenda elenca as principais ações que devem ser acolhidas pelos candidatos às eleições de 2022.

Gráfico 6 - Principais problemas enfrentados pela indústria no 1º trimestre de 2022* - Percentual (%)



*Na pesquisa é solicitado que o empresário marque até três itens que constituíram problemas reais para a sua empresa. Desta forma, o percentual representa a frequência de assinalações.

Fonte: CNI e Observatório da Indústria/Findes.

Elaboração: Observatório da Indústria/Findes.

3.3.1 Propostas da Indústria para o tema Tributação

REFORMA TRIBUTÁRIA



PROPOSTA 1 Aprovação da PEC 110/2019 que promove a reforma na tributação sobre o consumo, ao adotar o modelo de Imposto de Valor Agregado (IVA Dual).

CONTEXTO: Em aderência à posição convergente da CNI, com a reforma tributária estabelecendo dois tributos incidentes sobre o consumo e extinguindo ICMS, ISS e PIS/Cofins, é esperado fim nas distorções do atual sistema. Com a proposta de legislação nacional única, não cumulativa e alíquota uniforme (exceto regimes especiais), a simplificação tornará as empresas mais competitivas e aproximará o país do padrão adotado pela maioria dos países desenvolvidos.

19. Conforme apresentado pela CNI em <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/reforma-tributaria/entenda/problemas-do-sistema-tributario/>.

20. Veja mais em <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/assuntos-legislativos/produtos/agenda-legislativa/#agenda-legislativa-da-industria-2022%20>.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Segundo a CNI, *“a reforma tributária é imprescindível para dar mais competitividade às empresas nacionais e, conseqüentemente, incentivar o crescimento econômico sustentado”*. A CNI defende os seguintes pontos que devem ser considerados em reforma tributária sobre o consumo: unificação de tributos; alíquota uniforme do IVA, não aumento da carga tributária; direito a crédito amplo no IVA; restituição ágil dos saldos credores; desoneração de exportações e investimentos; tributação no destino; imposto seletivo; transparência; manutenção do Simples Nacional; instituição de um fundo de desenvolvimento regional; e manutenção dos atuais incentivos fiscais durante o período de transição para o novo modelo tributário.

Até a construção desta Agenda, a Reforma Tributária, representada pela PEC 110/2019 de autoria do Senador Davi Alcolumbre (União-AP) encontrava-se para apreciação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal.

A reforma da tributação sobre o consumo adotará o modelo de Imposto de Valor Agregado (IVA dual), com as seguintes bases, conforme foi detalhado pela CNI em sua Agenda Legislativa da Indústria 2022.



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

- IVA Federal, cuja expectativa é que seja a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS) proposta no PL 3887/2020, que unifica a PIS/Cofins.
- IVA Subnacional: criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. O tributo será de competência compartilhada entre estados e municípios;
- Prevê a criação de Imposto Seletivo (IS), que incidirá sobre a produção, importação ou comercialização de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Não incide sobre exportações.
- São mantidos o Simples Nacional, a Zona Franca de Manaus e Zonas de Processamento de Exportação.
- Cria o Fundo de Desenvolvimento Regional, custeado exclusivamente com um percentual das receitas do IVA Subnacional.

Veja mais em <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/reforma-tributaria/entenda/o-que-a-cni-defende/>.

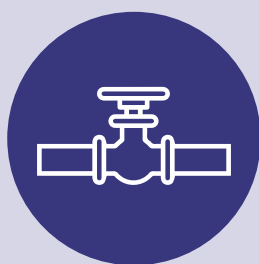
BENEFÍCIOS FISCAIS



PROPOSTA 2 Redução da base de cálculo do ICMS destinado às saídas internas de gás natural industrial.

CONTEXTO: Dependendo da configuração física e do ordenamento setorial da produção de gás natural, as etapas da cadeia do gás natural podem não estar consolidadas no mesmo limite geográfico estadual. Dessa forma, quando a operação não é realizada entre estados, haverá a possibilidade de um regime especial de ICMS. Para os consumidores do Espírito Santo, a alíquota do ICMS é de 17%, enquanto que estados como Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, a alíquota é de 12%. Para tanto, cabe ao Espírito Santo adotar política de redução da base de cálculo do ICMS para as saídas internas do insumo no Estado. Essa política encontra base junto as decisões do Confaz por meio das disposições do Convênio ICMS 18/92.

ICMS: O CASE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



As operações envolvendo a saída interna de gás natural industrial tiveram redução de 17% para 12% no Estado do Rio Grande do Norte. A redução fez parte do esforço do governo em adotar as disposições do convênio Confaz ICMS 18/1992, ao qual o estado fez a adesão em dezembro de 2021 (Convênio Confaz ICMS nº 215/2021). No início de 2022, o governo do estado do Rio Grande do Norte publicou o Decreto Estadual nº decreto 31.280 que alterou o regulamento do ICMS com

a pretensão de adotar a política de redução da alíquota destinada para as operações envolvendo a saída interna de gás natural industrial.

Cabe destacar que o Espírito Santo realizou a adesão do convênio Confaz ICMS 18/1992 em 2020, por meio do convênio Confaz ICMS 92/20. Para implementação da política de redução de ICMS destinado às saídas internas de gás natural, cabe ao Governo do Estado, no uso de suas atribuições, publicar um decreto com essa finalidade, promovendo uma maior competitividade no custo do gás natural industrial para o Espírito Santo.



PROPOSTA 3 Ampliação dos contratos de competitividade e outros benefícios fiscais que possam atrair mais empresas para o Estado e conseqüentemente aumentar a arrecadação.

CONTEXTO: Atualmente, há dois principais programas de incentivos fiscais no Espírito Santo que objetivam estimular a competitividade das empresas: Invest-ES e Compete-ES. O Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo (Invest-ES) foi regulamentado pela Lei Nº 10.550/2016. Já o Programa de Desenvolvimento e Proteção à Economia do Estado do Espírito Santo (Compete-ES) foi implementado pelas Leis Nº 10.568 e 10.574/2016.

A nível federal, destaca-se a competência do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) em promover a celebração de convênios, para efeito de concessão ou revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais do imposto de que trata o inciso II do art. 155 da Constituição, de acordo com o previsto no § 2º, inciso XII, alínea “g”, do mesmo artigo e na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975.

Dessa forma, a ampliação desses benefícios busca aumentar a competitividade do Estado, considerando a manutenção da segurança jurídica destes contratos.

PROPOSTA 4 Prorrogação dos incentivos de Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e reinvestimento nas áreas da Sudene.

CONTEXTO: A CNI pontuou como pauta mínima essa proposição, advinda do PL nº 4416/2021. O projeto prorroga de 2023 para 2028 o prazo para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução do IRPJ e de reinvestimento nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene. Prorroga, por igual prazo, o percentual de 30% de benefícios fiscais para empreendimentos dos setores da economia que venham a ser considerados prioritários para o desenvolvimento regional. Assim, as condições tributárias diferenciadas para projetos empresariais em áreas com defasagem econômica são importantes instrumentos de incentivo à produção, como nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

BENEFÍCIOS FISCAIS



PROPOSTA 5 Sustação do decreto que diminuiu a alíquota do Reintegra e reestabelecimento, pelo Governo Federal, da alíquota do Reintegra no percentual de 3%.

CONTEXTO: Criado em 2011, o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) consiste no programa de estímulo à exportação, que devolve parcial ou integralmente o resíduo tributário remanescente na cadeia de produção de bens exportados. O Reintegra não é benefício fiscal no sentido estrito da palavra, trata-se de mecanismo de correção de inadequações do sistema tributário, que busca desonerar as exportações, cumprindo determinação constitucional.

O Decreto nº 9.393/2018 diminuiu de 2% para 0,1% a alíquota do Reintegra, a partir de 1º de junho de 2018. De acordo com a CNI, com o Reintegra a 3%, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil teria crescido R\$ 19,4 bilhões a mais entre 2016 e 2020. Dada a vocação do estado do Espírito Santo para o comércio exterior, o reestabelecimento da alíquota do programa Reintegra a 3% contribuirá para fortalecer as exportações dos produtos capixabas, ao alavancar o crescimento da economia, do emprego e da renda no Estado.

PROPOSTA 6 Ampliar o prazo da desoneração da folha de pagamento que consta na Lei Federal nº 14.288/2021.

CONTEXTO: De acordo com a Lei nº 14.288/2021, foi prorrogada até 2023 a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia. A medida, que se encerraria no fim do ano de 2021, conforme a Lei 12.546/2011, ampliou a desoneração por mais dois anos. A desoneração da folha, que se tornou facultativa desde 2015 (Lei nº 13.161/2015), permite às empresas dos setores beneficiados pagarem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários.

BENEFÍCIOS FISCAIS



PROPOSTA 7 Criação de incentivos tributários para investimentos em tecnologias socioambientais, como os investimentos em descarbonização, eficiência energética, geração de energias renováveis, melhorias de controles ambientais e projetos de impacto social.

CONTEXTO: A implantação de um programa de ações relacionado à agenda socioambiental é uma tendência global, e o Espírito Santo já possui algumas metas nesta área, pactuadas inclusive 26ª Conferência das Nações Unidas para a Mudança Climática (COP-26), ocorrida em novembro de 2021. Estas ações estão em consonância com a agenda ESG (também presente neste documento), que de forma ampla busca vencer os desafios relacionados à construção de um futuro mais sustentável. Para cumprir estas agendas serão necessárias políticas indutoras na direção deste futuro, e medidas de incentivo tributário são um importante componente de estímulo.

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS



PROPOSTA 8 Aplicação efetiva do Regulamento do ICMS, Decreto 1090-R, em matérias que envolvam os créditos acumulados de empresas exportadoras (ICMS-Exportação).

PROPOSTA 9 Possibilitar a transferência do crédito à empresa interdependente, sem a obrigatoriedade do reconhecimento do crédito pelo Secretário de Estado da Fazenda.

CONTEXTO: Obter a adoção, pelo Governo do Estado, de medidas que permitam uma maior e mais célere utilização de créditos ICMS exportação. É de extrema importância a celeridade no trâmite do processo de homologação, visto que há processos que cumprem toda etapa de tramitação e ficam parados ao aguardar pela assinatura final.

COMBATE À SONEGAÇÃO



PROPOSTA 10 Intensificação da fiscalização nas divisas e nos mercados vizinhos ao estado do Espírito Santo com o objetivo de combater a sonegação de impostos

CONTEXTO: O combate à sonegação de impostos é de extrema importância para garantir um ambiente de negócios concorrencial saudável.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA



PROPOSTA 11 Permissão de parcelamento da multa de 40% incidente sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

CONTEXTO: Em aderência à posição convergente da CNI ao PL 1.662/2021, a possibilidade de parcelamento do pagamento da multa de 40% do FGTS beneficia o setor produtivo e permite às empresas melhor gestão de gastos com demissões. Especialmente para as micro e pequenas empresas, o parcelamento reduz o impacto no capital de giro e confere fôlego para a preservação da atividade econômica.

TRANSPARÊNCIA



PROPOSTA 12 Criação de um demonstrativo que mostre o efeito cascata dos impostos.

PROPOSTA 13 Criação de um comitê de especialistas na área tributária para construção do demonstrativo.

CONTEXTO: O sistema tributário brasileiro é complexo e gera distorções que impactam nas decisões de consumo e investimento dos agentes econômicos, portanto, dar transparência desse impacto é fundamental para gerar estabilidade e reduzir a assimetria de informação entre os agentes econômicos.



- PROPOSTA 14** Aplicação do regime de substituição tributária no Espírito Santo com relação aos biscoitos e massas de outros estados. Atualmente o regime de substituição tributária para estes produtos é aplicado somente nas operações iniciadas no Rio de Janeiro com destino ao Espírito Santo, conforme o Protocolo ICMS 29/1992.
- PROPOSTA 15** Alteração da legislação para que as empresas moveleiras possam contratar serviços de pequenos empreendedores optantes pelo MEI.
- PROPOSTA 16** Criação de incentivos para a indústria de transformação de plástico e de reciclagem.
- PROPOSTA 17** Alteração da regra imposta pelo art. 530 L-G-B, §1º-A, II, do Regulamento de ICMS do Estado do Espírito Santo, a fim de que o benefício fiscal concedido pelo art. 530 L-G-B possa ter sua fruição ampliada a outros contribuintes ligados à indústria de rochas ornamentais.

CONTEXTO: Apesar desta Agenda apresentar propostas mais amplas, ao longo do processo de inteligência coletiva surgiram ações voltadas a alguns setores industriais específicos. A Findes entende que as ações sugeridas para atender as demandas dos empresários industriais capixabas vão ao encontro do seu objetivo de estimular o desenvolvimento da indústria capixaba e a busca pela diversificação produtiva do Estado.

3.4. INOVAÇÃO

A inovação é um tema que perpassa por todos os setores e atividades econômicas e, por isso, se torna relevante para a formulação de políticas públicas. **O ambiente inovativo é capaz de estimular investimentos, criar novos mercados, contribuir para a difusão de cadeias globais de valor, gerar competitividade e subsidiar decisões de investimento.** Nesse sentido, a inovação é determinada pela combinação de conhecimentos que geram novas oportunidades.

Essas oportunidades possibilitam estratégias voltadas para o desenvolvimento socioeconômico, que por sua vez, deve estar atrelado a um regime tecnológico²¹ que forneça:

- Condições de oportunidades tecnológicas;
- Possibilidades de adequação/apropriação das inovações;
- Aplicação da cumulatividade dos avanços técnicos;
- Compartilhamento de conhecimento.

As ações práticas para o desenvolvimento da indústria capixaba, a fim de estimular um ambiente de sinergia entre os atores do setor incluem:

- Incentivos governamentais;
- Avanços em P&D e investimentos em capital físico;
- Apoio institucional;
- Capacitação de capital humano;
- Promoção de atividades em rede.

O Espírito Santo tem um grande potencial inovativo. No Ranking de Competitividade dos Estados²², divulgado no ano de 2021 e elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP), ocupou o 5º lugar geral de estado mais competitivo do país. Dentre os pilares do ranking, o de inovação obteve um crescimento de 4 posições em relação ao ano de 2020, ao alcançar a 9ª posição entre as unidades da federação.

De acordo com o Indicador de Ambiente de Negócios (IAN) do Espírito Santo, calculado pelo Observatório da Indústria, o cenário de inovação no Estado tem mostrado melhorias, o que reforça o potencial inovador dos atores capixabas e a importância da atuação de políticas públicas para o desenvolvimento econômico e industrial.

21. Ver: MALERBA, Franco. 22 Schumpeterian patterns of innovation and technological regimes. Elgar Companion to Neo-Schumpeterian Economics, p. 344-359, 2007.

22. <https://www.rankingdecompetitividade.org.br/sudeste%7D/es/ranking-geral/nota-do-pilar?year=2021>

Gráfico 7 - Participação (%) do Investimento público em P&D no PIB estadual



Fonte: Ranking de Competitividade dos Estados.
Elaboração: Observatório da Indústria/Findes

Contudo, ao analisar o apoio governamental para inovação, o Espírito Santo registrou um dispêndio público de 0,04% do PIB estadual destinado para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Esse percentual coloca o Estado na posição 17 entre os estados com maior dispêndio do PIB para P&D. O dado corrobora com a análise de que ainda há um caminho a ser percorrido, com investimentos a serem realizados e potencialidades a serem exploradas. Nota-se que, para isso, é preciso explorar a sinergia entre instituições – governamentais e representativas – e o setor industrial.

Medidas em direção ao fomento de um ambiente inovativo, podem incluir: incentivos governamentais; avanços em P&D e investimentos em capital físico; apoio institucional; capacitação de capital humano; promoção de atividades em rede. **Estas medidas devem buscar melhorar a logística de inovação local, difundir o conhecimento, desenvolver as potencialidades das empresas capixabas, e propiciar o desenvolvimento regional.**

É com este propósito que a Findes, por meio do desenvolvimento deste documento, se propõe a apresentar a visão da indústria, no que tange a necessidade de fomentar um ambiente inovativo, capaz de difundir o conhecimento e desenvolver as potencialidades das empresas capixabas.

3.4.1 Propostas da Indústria para o tema Inovação

CULTURA DA INOVAÇÃO



PROPOSTA 1 Incentivar a cultura da inovação no Estado com o apoio a eventos que ressaltem a importância da inovação.

PROPOSTA 2 Incentivar a cultura da inovação no Estado por meio do fomento de editais de apoio para ideias inovadoras envolvendo novos negócios com impacto social, ambiental e econômico.

CONTEXTO: O aumento dos níveis de inovação passa, necessariamente, pela maior disseminação da cultura da inovação, fomentando a criação de ideias que permitam visualizar novos formatos e novos processos nas mais variadas áreas do conhecimento. O incentivo à disseminação da cultura da inovação deve ser uma ação constante da atuação de governantes e de instituições comprometidas com o desenvolvimento socioeconômico.



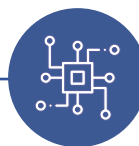
HABILIDADES PROFISSIONAIS



- PROPOSTA 3** Realização de estudo prospectivo para identificar as principais habilidades dos trabalhadores que serão demandadas na economia capixaba.
- PROPOSTA 4** Viabilizar treinamentos descentralizados com foco nos processos inovativos com o apoio das instituições de ensino do Estado.
- PROPOSTA 5** Viabilizar a qualificação dos estudantes das escolas públicas direcionando para as habilidades que serão demandadas na economia capixaba.
- PROPOSTA 6** Viabilizar a qualificação dos estudantes das escolas públicas direcionando para as habilidades relacionadas ao empreendedorismo, finanças e ao ensino técnico.

CONTEXTO: O nível educacional exerce influência direta na produtividade dos trabalhadores. Por sua vez, o aumento da produtividade resulta em crescimento econômico. No âmbito do projeto Indústria 2035, foram identificados 17 setores portadores de futuro para a economia capixaba, e elencadas rotas estratégicas para o desenvolvimento desses setores. Assim, há a necessidade de identificar as habilidades que serão demandadas na economia de acordo com os estudos prospectivos do projeto Indústria 2035. Por meio do estudo prospectivo das habilidades do futuro, torna-se necessária a disseminação do aprendizado dessas habilidades na política de ensino do Espírito Santo.

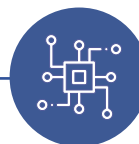
INFRAESTRUTURA



- PROPOSTA 7** Implantação de uma infovia com a intenção de integrar órgãos públicos estaduais e municipais de todos os 78 municípios por meio da fibra óptica.

CONTEXTO: O Estado já possui o projeto Rede Metro-Gvix. Neste projeto, os municípios da Grande Vitória estão sendo contemplados com a implantação de rede de alta velocidade com o objetivo de oferecer à população serviços como telemedicina, videovigilância, monitoramento de condições climáticas para prevenção de desastres, gestão integrada de controle de tráfego e educação a distância em tempo real. A proposta apresentada nesta agenda é que este projeto seja ampliado para todos os 78 municípios.

INFRAESTRUTURA



PROPOSTA 8 Criação de infraestrutura laboratorial de alto desempenho para que as empresas de pequeno e médio porte possam avançar com projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I).

CONTEXTO: A criação de uma infraestrutura laboratorial de alto desempenho possui o objetivo de democratizar o uso dos equipamentos para testes, ensaios e construção de protótipos, estimulando a criação de novas tecnologias e processos para o aumento da competitividade.

SIMPLIFICAÇÃO



PROPOSTA 9 Estimular a digitalização dos processos dentro dos órgãos públicos.

CONTEXTO: A burocracia ainda é um obstáculo para a transformação digital dos órgãos públicos. A sequência de processos acompanhados de uma infinita papelada cria uma barreira para a prestação de serviço mais eficiente e desanima futuros empreendedores. A abertura e a formalização de uma empresa, por exemplo, costuma levar vários dias, criando uma cortina de dificuldades antes mesmo que a empresa possa começar a operar. É nesse sentido que precisam avançar na simplificação e na digitalização dos processos públicos, trazendo maior eficiência para prestação de serviços e maior economia para os cofres públicos.

CASE MOBILIZAÇÃO CAPIXABA PELA INOVAÇÃO (MCI)

A Mobilização Capixaba pela Inovação (MCI) é uma iniciativa que, desde 2018, atua com o objetivo de criar condições para um ambiente inovativo no estado do Espírito Santo. Em um conjunto com mais de 30 entidades, o movimento é coordenado pela Findes e articulado por atores do setor produtivo, bem como instituições representativas do setor e acadêmicos, fomentando a conexão entre os agentes de inovação do estado.

O compromisso do MCI é:

- Estimular o investimento em P&D e em projetos inovadores;
- Disseminar o empreendedorismo e a cultura da inovação;
- Melhorar o ambiente de negócios;
- Ampliar a produção científica na academia.

Dentre as ações realizadas pelas entidades do movimento, o destaque se dá pelas atuações do Findeslab, dos Programas Centelha, Ino.VC, ES+Criativo e Missões e, por fim, do Manifesto da Inovação, publicação que re-



verbera uma maior transparência dos posicionamentos e compromissos do governo, empresas, academia e instituições no objetivo comum de desenvolvimento estadual, por meio da inovação e tecnologia.

As principais metas do projeto se dividem em:

- Posicionar o ES entre os 5 estados mais inovadores do Brasil
- Alcançar o número de 1.000 startups no Estado
- Ter 20% de empresas baseadas em tecnologia e inovação entre as 200 maiores empresas do Estado.

CONEXÕES



PROPOSTA 10 Estimular a atração das áreas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de empresas alocadas no Espírito Santo e que possuem essas áreas localizadas em outros estados ou outros países.

PROPOSTA 11 Elaborar projetos de integração e articulação em rede entre pequenas e médias empresas, centros de pesquisas, universidades e hubs de inovação que atuam em mercados semelhantes e complementares, a fim de viabilizar processos/produtos inovativos – fortalecendo a representatividade institucional e a capacitação dos atores.

CONTEXTO: A inovação é resultado de esforços de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e na sinergia entre as instituições. O uso de tecnologias de sistemas de digitais é capaz de auferir agilidade, monitoramento e confiabilidade dos processos, resultando em maior integração, produtividade e competitividade. O fomento ao empreendedorismo resulta na proposição de novos modelos de negócios, com visões no ativo intelectual e no aproveitamento de oportunidades.

FINANCIAMENTO



PROPOSTA 12 Intensificar as linhas de financiamento do Bandes direcionadas para projetos que envolvam inovação.

PROPOSTA 13 Estimular a atração de empresas com base em projetos de inovação dentro dos fundos de participação promovidos pelo Fundo Soberano do Espírito Santo.

CONTEXTO: O financiamento das atividades de inovação deve priorizar as vocações regionais com estímulo para a diversificação econômica e com alto poder de aumentar a competitividade regional. Para tanto, um programa de financiamento deve privar pela interação entre as empresas, centros de pesquisas, universidades e hubs de inovação. Além disso, deve estimular o investimento em pesquisa e desenvolvimento em setores estratégicos da indústria capixaba.

3.5 ESG

A sigla ESG, que equivale a práticas de sustentabilidade ambiental, social e de governança, se refere a um conjunto de ações, diretrizes e estratégias que expressam o compromisso das organizações com o impacto social e ambiental de suas operações, assim como seu comprometimento do ponto de vista ético pertinentes à execução de suas atividades.

No Brasil, a expansão das discussões acerca desta temática ocorreu a partir de 2020, quando práticas que envolvem a agenda ESG se tornaram uma preocupação por parte dos consumidores e uma possibilidade de crescimento para as empresas.

Em termos mais específicos, a agenda ESG pode ser detalhada de acordo com sua dimensão:

AMBIENTAL: relacionados ao impacto de uma empresa/instituição no meio ambiente. Compreende as emissões de gases poluentes, o uso eficiente de recursos naturais em seu processo de uso ou processo produtivo (em termos de gasto de energia, água ou materiais, por exemplo), poluição, gestão de resíduos (promoção da economia circular) e efluentes (como derramamentos de óleo), além da inovação para eco-design (design sustentável) dos produtos.

SOCIAL: abrange a relação da empresa com seus colaboradores, clientes e sociedade, como por exemplo, a realização de esforços da empresa/instituição para manter trabalhadores leais e clientes satisfeitos. Aspectos relacionados à diversidade, à inclusão e ao envolvimento dos funcionários também são considerados, como o respeito aos direitos humanos e à proteção de dados pessoais. Além disso, marcas que se mostram preocupadas com o desenvolvimento das comunidades em que atuam, com a inclusão social e com a diversidade de gênero, geram valor.

GOVERNANÇA: ligada aos mecanismos de transparência que contribuem para gerar confiança do público na iniciativa privada e em governos. Empresas com métricas claras de comunicação, processos transparentes e padrões bem estabelecidos passam a ser vistas como mais confiáveis, reduzindo sua exposição a eventos que minem sua reputação ou que abram espaço para perdas financeiras e destruição dos valores.

Para as indústrias, aplicar as práticas ESG pode resultar na atração de novos investidores, na redução dos custos operacionais, no aumento da produtividade, na maior fidelização de clientes, na minimização de possíveis riscos socioambientais, na redução de interferências regulatórias e legais, dentre outros.

Porém, alinhar as empresas do Espírito Santo às diretrizes ESG não é uma tarefa simples, uma vez que 99,8%²³ das empresas do Estado são de micro, pequeno ou médio porte, que têm espaço limitado ao desenvolvimento de ações que apresentem conformidade à pauta ESG dada as suas restrições orçamentárias, de pessoal e de acesso a tecnologias que essas empresas comumente já sofrem. Este cenário torna importante e premente as ações que o Estado pode vir a tomar para auxiliar as empresas/instituições locais a alavancar sua agenda ESG.

A agenda ESG é cada vez mais uma realidade e uma necessidade na gestão públi-

ca, reforçando a importância do debate e de ações mais efetivas no âmbito dos poderes Executivo e Legislativo capixaba. É necessário somar esforços para gerar melhores resultados. Desta forma, o ESG deixa

de ser uma pauta opcional e passa a ser essencial para o futuro, não só das empresas, mas também da gestão pública e da sociedade.

A PAUTA ESG E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Em 2015, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza extrema, líderes de 193 países, coordenados pela Organização das Nações Unidas (ONU), assumiram um compromisso denominado Agenda 2030. Trata-se de um plano de ação para a adoção de nova política global, desmembrado em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com 169 metas, mesclando as três dimensões: a econômica, a social e a ambiental.

Neste sentido, os ODS são utilizados como um norte para planejar mudanças e adotar práticas estratégicas dentro do campo ESG, que se estabelece como as práticas empresariais fundamentais para o desenvolvimento sustentável da organização como parte da sociedade. Desta forma, a principal conexão entre estes conceitos está no fato de que as empresas têm função social relevante diante dos principais desafios globais.

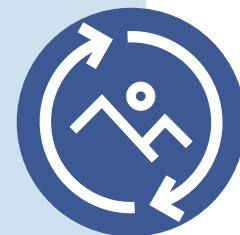
Em 2021, visando medir o desafio dos estados brasileiros sob a ótica internacional, o Ranking de Competitividade dos Estados* foi expandido, com a incorporação de mé-

tricas de sustentabilidade. Realizou-se uma análise a partir dos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável e suas 169 metas (ONU), bem como critérios ESG para valorização das boas práticas ambientais, sociais e econômicas dos estados, criando dois novos rankings.

O Espírito Santo obteve a 6ª posição na Camada ESG do ranking dos estados, atrás dos estados de São Paulo, Santa Catarina, Distrito Federal, Paraná, e Minas Gerais. Na Camada ODS, o estado ocupou a 5ª posição, atrás de São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Distrito Federal.

O acompanhamento destes indicadores é fundamental, tendo em vista que os estados brasileiros possuem um papel estratégico para o desenvolvimento sustentável, formulando e implementando políticas focadas na promoção de um desenvolvimento mais justo, inclusivo e equilibrado.

*Fonte: O Ranking de Competitividade dos Estados é Produzido pelo CLP – Centro de Liderança Pública, em parceria com a Tendências Consultoria Integrada e Economist Intelligence Unit.



3.5.1 Propostas da Indústria para o tema ESG

AMBIENTAL



- PROPOSTA 1** Aumentar a eficiência do processo de licenciamento ambiental, por meio da ampliação das competências no licenciamento ambiental municipal, maior celeridade na análise dos processos de licenciamento e capacitação e integração dos servidores e órgãos envolvidos no licenciamento.
- PROPOSTA 2** Adoção de medidas para reduzir os prazos-limites para a renovação do licenciamento ambiental por parte do poder público.
- PROPOSTA 3** Criar ferramentas que garantam maior transparência aos processos de licenciamento, sendo possível identificar o estágio e os prazos do processo dentro dos órgãos responsáveis.

CONTEXTO: Um dos grandes gargalos para o funcionamento de determinadas indústrias é o tempo para adquirir o licenciamento ambiental. A municipalização do processo de licenciamento ambiental permite ao ente municipal a competência para licenciar, monitorar e fiscalizar empreendimentos de impacto ambiental local, garantindo celeridade aos processos sem perder a qualidade técnica. Cem por cento dos municípios capixabas já estão aptos a realizar o licenciamento ambiental, mas é preciso garantir que estes municípios tenham a estrutura necessária para responder às demandas recebidas de forma organizada, célere e transparente, podendo os órgãos estaduais auxiliar no processo de adaptação destes municípios.

Outro fator importante é oportunizar ao técnico atuante em órgãos ambientais a ampliação da sua capacitação, visando não apenas celeridade nos processos, mas também a qualidade das avaliações.

Entende-se, também, que o processo de renovação do licenciamento ambiental deve ser menos burocrático do que o licenciamento inicial, quando se parte do zero. O prazo atual, de 120 dias de antecedência mínima antes da expiração do prazo de validade, é longo e torna o processo mais custoso.

AMBIENTAL



A transparência é um dos cinco principais obstáculos do licenciamento ambiental municipal*. A falta de transparência gera incertezas, assimetria de informação e insegurança jurídica aos agentes econômicos. Portanto é premente ao setor industrial que sejam implantadas ferramentas que permitam um acompanhamento mais direto, instantâneo e completo dos processos de licenciamento em andamento nos órgãos responsáveis, independentemente da esfera administrativa.

*Mendez, G. P.; Cardoso Júnior. R. A. F. Os obstáculos do licenciamento ambiental municipal – análise das principais dificuldades e dos entraves existentes nos procedimentos de licenciamento ambiental de competência dos municípios. Revista Ciência e Natura, v.40. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM-RS. 2018.

PROPOSTA 4 Garantir a efetivação das ações do Programa de Geração de Energias Renováveis do Espírito Santo (Gerar), bem como ampliá-lo a grandes projetos de energia renovável.

CONTEXTO: O programa Gerar tem por objetivo promover a melhoria da qualidade de vida da população do Estado, diversificando a matriz energética, descentralizando e interiorizando o desenvolvimento socioeconômico, tornando o ambiente de negócios mais competitivo e seguro. O programa atua em seis eixos: instrumentos regulatórios; incentivos tributários; pesquisa e desenvolvimento (P&D); acesso à rede; desenvolvimento regional; e financiamento.

No início da atividade do programa no Estado, conforme dados disponibilizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), não haviam unidades geradoras de energia solar fotovoltaica participantes do sistema de compensação, com potência instalada acima de 1MW em operação anterior à data da publicação da Lei N° 11.253/2021 (que sinaliza o marco inicial do Programa Gerar). Daí a importância das frentes de atuação do programa e de sua expansão para grandes projetos de energias renováveis.



PROPOSTA 5 Garantir a implantação do Plano Estadual de Mudanças Climáticas, do Plano Estadual de Recursos Hídricos e do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, de forma a criar diferenciais competitivos para a indústria capixaba.

PROPOSTA 6 Estruturar uma política pública de incentivo à economia circular e de valoração econômica/ambiental dos resíduos sólidos industriais, transformando em co-produtos aqueles com comprovada aplicação técnica.

CONTEXTO: Os desafios impostos pela mudança climática global, pela crescente utilização dos recursos hídricos e pela geração de resíduos sólidos traz a necessidade de implementar programas, metas e ações para promover o desenvolvimento ambiental, econômico e social em bases sustentáveis. Garantir a implementação destes planos auxiliará os municípios e o Estado na adoção de medidas que favoreçam este desenvolvimento.

A respeito dos resíduos sólidos industriais, as indústrias de fabricação e transformação de materiais produzem, em diferentes graus, resíduos que nem sempre são reaproveitados ou têm um destino ecologicamente correto. Dar um destino adequado a estes subprodutos é um desafio. Em alguns casos, estes produtos secundários podem ser reutilizados diretamente ou podem ser aproveitados como matéria-prima básica em outros processos industriais. O Espírito Santo dispõe de um Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais (Conama nº 313/2002) que possui regras e possíveis direcionamentos acerca destes resíduos.

No que tange à reciclagem, cabe ressaltar que seu alto custo no país ainda é uma barreira que torna a atividade inviável para muitos dos interessados, especialmente empresas de pequeno e médio porte. Desta forma, desenvolver programas que viabilizem a reciclagem e o descarte de produtos impróprios, e instituir incentivos fiscais neste segmento podem ser um estímulo à implementação de projetos que venham ao encontro do Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais e das boas práticas de diretrizes ambientais.

AMBIENTAL



PROPOSTA 7 Assegurar que parte do valor do Fundo Soberano seja direcionado para implementação de projetos de redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e adaptação climática, que contribuam para a descarbonização da economia e para a adaptação do Estado aos cenários futuros de mudanças do clima.

CONTEXTO: Um dos objetivos do Fundo Soberano está na acumulação de ativos financeiros para as gerações futuras através do Fundo de Poupança. Portanto, utilizar parte do valor do Fundo Soberano para o desenvolvimento de projetos de geração de energia e de redução e/ou eliminação da emissão de GEE é bastante coerente em um contexto de estímulo a um crescimento econômico socialmente justo e ambientalmente sustentável no Estado.

GOVERNANÇA



PROPOSTA 8 Recriar o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

CONTEXTO: No Brasil, a indústria responde por 22% do PIB e sua importância vai além do crescimento econômico: o setor emprega formalmente mais de 9,7 milhões de brasileiros, recolhe cerca de um terço dos impostos federais - que são fontes importantes de receita para os municípios brasileiros - e possui uma expressiva capacidade de movimentar toda a economia, sobretudo devido ao alcance da sua cadeia produtiva. No Espírito Santo o cenário é bem parecido com a indústria respondendo por 26,5% da economia do estado e por 85% das exportações.

De forma geral, o setor industrial proporciona oportunidades nos mais diversos segmentos, e, por isso, é um importante motor de desenvolvimento socioeconômico. Neste contexto, é fundamental que o setor industrial seja acompanhado por políticas de desenvolvimento próprias, que amparem a ampliação da industrialização no país. A partir da recriação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), a atividade industrial poderá contar com uma Pasta especializada em desenvolver planejamentos de curto, médio e longo prazo para o seu contínuo desenvolvimento, buscando ampliar os ganhos e oportunidades que são gerados pelo setor e que impactam no processo de desenvolvimento do país.

GOVERNANÇA



PROPOSTA 9 Estabelecer incentivos fiscais, tributários ou administrativos à práticas sustentáveis e da pauta ESG, tais como descarbonização (Net Zero) e economia circular, definindo critérios de estímulo ao bom desempenho das indústrias nestas áreas ao invés de somente mecanismos de punição para o mau desempenho.

CONTEXTO: O caminho para alcançar metas e normas internacionais na agenda ESG é longo e oneroso para grande parte das empresas brasileiras. Alternativas para facilitar e agilizar o avanço das empresas na pauta ESG podem e devem ser fomentadas pela gestão pública. Além disso, para o sucesso de uma política, o poder público não deve somente fiscalizar e punir as más condutas, mas também premiar as boas atuações. Dessa forma, uma maneira de impulsionar a adoção de práticas ESG pelas empresas são os incentivos ao bom desempenho (contemplando ações como incentivos fiscais, tributários e administrativos - por exemplo), com critérios bem estabelecidos e transparentes.

SOCIAL



PROPOSTA 10 Ampliar a captação de recursos destinados a políticas públicas para elaboração e execução de projetos sociais, culturais, esportivos e de saúde para crianças e adolescentes matriculados em escolas públicas e/ou residentes em comunidades carentes.

CONTEXTO: Os projetos sociais, culturais e esportivos promovem a inclusão social das pessoas participantes e são fundamentais para melhoria da qualidade de vida, além de proporcionarem mais oportunidades a crianças e adolescentes. A captação de recursos, via editais públicos, privados e incentivos fiscais, por exemplo, gera impactos positivos para a população beneficiada.

TRANSVERSAL



PROPOSTA 11 Fortalecer, estrutural e financeiramente, os órgãos de governo que atuam em prol das pautas relacionadas ao ESG.

CONTEXTO: Os órgãos que atuam nas temáticas ESG precisam ser priorizados com maior alocação de investimentos, visto que as melhorias estruturais dos órgãos podem proporcionar uma maior viabilidade das práticas ESG e resultar em ações mais efetivas e alinhadas com as demandas da sociedade.

PROPOSTA 12 Estimular o desenvolvimento de iniciativas que tenham por objetivo aproximar a indústria, o poder público e a sociedade na discussão da temática ESG.

CONTEXTO: Indústria, poder público e sociedade têm condições de serem potenciais aliados no que se refere à temática ESG. No âmbito da sociedade há cada vez mais exigências, inclusive na decisão de consumo, de ações e produtos desenvolvidos e ofertados dentro das práticas ESG. No que tange à indústria, é fundamental despender atenção à segurança dos profissionais, ao bem-estar, à remuneração justa, às relações de trabalho transparentes e saudáveis, às ações de inclusão e diversidade nas contratações, e ações ambientalmente sustentáveis. Sobre o poder público espera-se transparência, gestão qualificada, cumprimento do planejamento estratégico, escuta ativa e empática da sociedade civil e empresarial. Assim sendo, a atuação conjunta promoverá sinergia entre todas as esferas gerando benefícios mútuos, com as expectativas das partes sempre alinhadas em um objetivo convergente.

QUADRO-RESUMO DA AGENDA DA INDÚSTRIA CAPIXABA 2022

#	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA
1	Infraestrutura	Ferrovias	PROPOSTA 1: Garantir a efetivação de contratos que ampliem a competitividade da malha ferroviária do Espírito Santo, tanto em direção ao centro-oeste brasileiro a partir da Ferrovia Centro Atlântica, quanto em direção ao sul do Estado, com a extensão da Estrada de Ferro Vitória a Minas até Anchieta.
2	Infraestrutura	Ferrovias	PROPOSTA 2: Propor ações que viabilizem a efetivação dos novos projetos ferroviários no Estado, como por exemplo a Estrada de Ferro-118, que está em fase de planejamento e busca ligar Anchieta a Presidente Kennedy.
3	Infraestrutura	Ferrovias	PROPOSTA 3: Garantir a recuperação das vias férreas do acesso ao terminal de Capuaba, no Porto de Vitória, conforme especificado no Plano de Exploração Portuária anexo ao contrato de concessão da Codesa.
4	Infraestrutura	Rodovias	PROPOSTA 4: Garantir a concessão da exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de melhorias e manutenção do nível de serviço das Rodovias BR-262 e BR-381.

#	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA
5	Infraestrutura	Rodovias	PROPOSTA 5: Garantir que as negociações envolvendo a Eco101 e a ANTT, no âmbito da devolução da concessão da BR-101, priorize uma solução de mercado, respeitando os contratos e a garantia de um equilíbrio econômico e jurídico entre as partes envolvidas.
6	Infraestrutura	Rodovias	PROPOSTA 6: Garantir os esforços e investimentos necessários para a conclusão das obras de duplicação e ampliação do nível de serviço da BR 101, de forma a superar este gargalo logístico e reduzir os impactos sobre o setor produtivo.
7	Infraestrutura	Rodovias	PROPOSTA 7: Promoção de estudos de viabilidade técnica, econômico e financeira para avaliação de possíveis concessões da malha de rodovias estaduais do Espírito Santo.
8	Infraestrutura	Portos	PROPOSTA 8: Garantir e agilizar os serviços públicos necessários à efetivação dos projetos portuários do Porto Central, Imetame e Petrocity.
9	Infraestrutura	Portos	PROPOSTA 9: Simplificar e reduzir as tarifas portuárias e eliminar cobranças portuárias abusivas.
10	Infraestrutura	Portos	PROPOSTA 10: Regulação econômica do serviço de praticagem.
11	Infraestrutura	Portos	PROPOSTA 11: Distinção entre serviço feeder e cabotagem* no âmbito da BR do Mar
12	Infraestrutura	Portos	PROPOSTA 12: Investimento em modernização da operação portuária no Porto de Vitória.
13	Infraestrutura	Portos	PROPOSTA 13: Propor incentivos à operação de agentes de carga que ofereçam fretes consolidados* com condições competitivas.
14	Infraestrutura	Aeroportos	PROPOSTA 14: Garantir a conclusão das obras que possibilitam a operação de voos domésticos nos aeroportos de Linhares e Cachoeiro de Itapemirim.
15	Infraestrutura	Aeroportos	PROPOSTA 15: Viabilizar soluções logísticas que possibilitem a utilização do aeroporto de Vitória para voos internacionais de cargas, com maior frequência e tarifas competitivas.
16	Infraestrutura	Telecomunicações	PROPOSTA 16: Apoiar os municípios na adequação das legislações municipais para a implementação da tecnologia 5G.
17	Infraestrutura	Telecomunicações	PROPOSTA 17: Garantir a expansão da cobertura do sinal da telefonia móvel em todo o Estado.

QUADRO-RESUMO DA AGENDA DA INDÚSTRIA CAPIXABA 2022

#	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA
18	Infraestrutura	Telecomunicações	PROPOSTA 18: Garantir a expansão de acesso à internet banda larga em todo o Estado.
19	Infraestrutura	Infraestrutura de Gás Natural	PROPOSTA 19: Regulamentar metodologia para análise de viabilidade da expansão da rede, ex-ante ao início dos investimentos.
20	Infraestrutura	Infraestrutura de Gás Natural	PROPOSTA 20: Garantir a manutenção do processo de desestatização da Companhia de Gás do Espírito Santo (ES Gás)
21	Infraestrutura	Saneamento	PROPOSTA 21: Garantir a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com tarifa sustentável tanto para o usuário como para o prestador de serviço.
22	Infraestrutura	Saneamento	PROPOSTA 22: Reduzir as perdas na distribuição de água.
23	Infraestrutura	Saneamento	PROPOSTA 23: Ampliar a eficiência da prestação dos serviços nas esferas pública e privada, com gestão eficiente a partir de indicadores de desempenho qualificados e factíveis.
24	Infraestrutura	Saneamento	PROPOSTA 24: Garantir o incentivo ao desenvolvimento tecnológico do setor.
25	Financiamento	Atração de Investimento	PROPOSTA 1: Constituir formalmente uma agência de atração de investimentos para o estado do Espírito Santo de forma integrada com as diferentes instituições locais, que possam contribuir para prospecções estratégicas de investidores, com foco na diversificação e no desenvolvimento econômico do Estado.
26	Financiamento	Custo de Crédito	PROPOSTA 2: Redução do custo do financiamento de projetos de investimento industrial.
27	Financiamento	Custo de Crédito	PROPOSTA 3: Ampliação de medidas que mitiguem a insegurança jurídica dos contratos de financiamento.
28	Financiamento	Acesso à Informações	PROPOSTA 4: Ampliação da divulgação dos instrumentos, das condições e das fontes de financiamento para o setor, a fim de reduzir as assimetrias informacionais e facilitar o acesso ao crédito.
29	Financiamento	Desburocratização	PROPOSTA 5: Implementação de processos ágeis nas instituições financeiras para renovação e validação cadastral, bem como para redução do tempo do processo de análises de crédito.
30	Financiamento	Desburocratização	PROPOSTA 6: Estabelecimento e/ou adequação de condições de financiamento considerando as especificidades setoriais e regionais.

#	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA
31	Financiamento	Desburocratização	PROPOSTA 7: Simplificação dos procedimentos de acesso ao crédito para empresas de pequeno e médio porte, e para crédito rural e habitacional.
32	Financiamento	Desburocratização	PROPOSTA 8: Facilitação ao acesso de linhas de financiamento para modernização e emprego de novas tecnologias nas indústrias.
33	Financiamento	Oferta de Crédito	PROPOSTA 09: Aumentar a oferta de linhas de financiamento de longo prazo para a aquisição de insumos, de máquinas e equipamentos e tecnologias nos diferentes setores de atividade econômica, com exigências adequadas, taxas de juros acessíveis e prazos superiores a cinco anos.
34	Financiamento	Oferta de Crédito	PROPOSTA 10: Ampliação de linhas de financiamento orientadas à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) das empresas e industrialização do setor.
35	Financiamento	Oferta de Crédito	PROPOSTA 11: Ampliação de linhas de financiamento para a aplicação de novas tecnologias e para projetos sustentáveis.
36	Financiamento	Oferta de Crédito	PROPOSTA 12: Ampliação de linhas de crédito destinadas a vendas a prazo (recebíveis) para as Micro, Pequenas e Médias empresas.
37	Financiamento	Sistema de Garantias	PROPOSTA 13: Ampliação da divulgação dos fundos de garantia disponíveis nas instituições financeiras do Estado para o financiamento das empresas.
38	Financiamento	Sistema de Garantias	PROPOSTA 14: Facilitar às empresas o acesso a informações sobre o sistema de garantias de crédito existentes no sistema financeiro.
39	Financiamento	Sistema de Garantias	PROPOSTA 15: Elaboração de medidas que visem a redução das exigências e a complexidade dos processos para obtenção de garantias.
40	Financiamento	Sistema de Garantias	PROPOSTA 16: Estabelecimento de novas alternativas de garantia para viabilizar a liberação do crédito empresarial.
41	Financiamento	Sistema de Garantias	PROPOSTA 17: Ampliação dos programas de garantia de crédito para os pequenos empreendedores.
42	Financiamento	Concorrência	PROPOSTA 18: Incentivar a concorrência do sistema financeiro por meio da ampliação de alternativas de financiamento, tais como fintechs, fundos de investimento em direitos creditórios, fundos de investimento em participações, cooperativas, entre outros.

QUADRO-RESUMO DA AGENDA DA INDÚSTRIA CAPIXABA 2022

#	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA
43	Financiamento	Concorrência	PROPOSTA 19: Expansão do financiamento empresarial por meio do mercado de capitais, fomentando as dívidas corporativas com certificados de recebíveis e debêntures incentivadas em infraestrutura e em projetos industriais.
44	Financiamento	Concorrência	PROPOSTA 20: Garantir a continuidade de iniciativas como o Fundo de Investimento em Participações (FIP) no âmbito do Fundo Soberano do Estado do Espírito Sano (FUNSES) que oferecem oportunidades de investimento em projetos estratégicos para o Estado.
45	Financiamento	Concorrência	PROPOSTA 21: Diversificar repasses do BNDES por meio da inclusão de fintech como novos agentes financeiros na disponibilidade de crédito.
46	Financiamento	Concorrência	PROPOSTA 21: Diversificar repasses do BNDES por meio da inclusão de fintech como novos agentes financeiros na disponibilidade de crédito.
47	Financiamento	Concorrência	PROPOSTA 23: Ampliar o papel de cooperativas de crédito como fornecedores alternativos de crédito.
48	Financiamento	Concorrência	PROPOSTA 24: Operacionalização do fundo de aval em fintechs ou outros agentes financeiros para disponibilizar maior volume de garantias no sistema financeiro.
49	Tributação	Reforma Tributária	PROPOSTA 1: Aprovação da PEC 110/2019 que promove a reforma na tributação sobre o consumo, ao adotar o modelo de Imposto de Valor Agregado (IVA Dual).
50	Tributação	Benefícios Fiscais	PROPOSTA 2: Redução da base de cálculo do ICMS destinada as saídas internas de gás natural industrial.
51	Tributação	Benefícios Fiscais	PROPOSTA 3: Ampliação dos contratos de competitividade e outros benefícios fiscais que possam atrair mais empresas para o Estado e consequentemente aumentar a arrecadação.
52	Tributação	Benefícios Fiscais	PROPOSTA 4: Prorrogação dos incentivos de Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e reinvestimento nas áreas da Sudene.
53	Tributação	Benefícios Fiscais	PROPOSTA 5: Sustação do decreto que diminuiu a alíquota do Reintegra e reestabelecimento, pelo Governo Federal, da alíquota do Reintegra no percentual de 3%.

#	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA
54	Tributação	Benefícios Fiscais	PROPOSTA 6: Ampliar o prazo da desoneração da folha de pagamento que consta na Lei Federal nº 14.288/2021.
55	Tributação	Benefícios Fiscais	PROPOSTA 7: Criação de incentivos tributários para investimentos em tecnologias socioambientais, como os investimentos em descarbonização, eficiência energética, geração de energias renováveis, melhorias de controles ambientais e projetos de impacto social.
56	Tributação	Créditos Tributários	PROPOSTA 8: Aplicação efetiva do Regulamento do ICMS, Decreto 1090-R, em matérias que envolvam os créditos acumulados de empresas exportadoras (ICMS-Exportação).
57	Tributação	Créditos Tributários	PROPOSTA 9: Possibilitar a transferência do crédito à empresa interdependente, sem a obrigatoriedade do reconhecimento do crédito pelo Secretário de Estado da Fazenda.
58	Tributação	Combate a Sonegação	PROPOSTA 10: Intensificação da fiscalização nas divisas e nos mercados vizinhos ao estado do Espírito Santo com o objetivo de combater a sonegação de impostos.
59	Tributação	Legislação Trabalhista	PROPOSTA 11: Permissão de parcelamento da multa de 40% incidente sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
60	Tributação	Transparência	PROPOSTA 12: Criação de um demonstrativo que mostre o efeito cascata dos impostos.
61	Tributação	Transparência	PROPOSTA 13: Criação de um comitê de especialistas na área tributária para construção do demonstrativo.
62	Tributação	Ações Setoriais	PROPOSTA 14: Aplicação do regime de substituição tributária no Espírito Santo com relação aos biscoitos e massas de outros estados. Atualmente o regime de substituição tributária para estes produtos é aplicado somente nas operações iniciadas no Rio de Janeiro com destino ao Espírito Santo, conforme o Protocolo ICMS 29/1992.
63	Tributação	Ações Setoriais	PROPOSTA 15: Alteração da legislação para que as empresas moveleiras possam contratar serviços de pequenos empreendedores optantes pelo MEI.
64	Tributação	Ações Setoriais	PROPOSTA 16: Criação de incentivos para a indústria de transformação de plástico e de reciclagem.

QUADRO-RESUMO DA AGENDA DA INDÚSTRIA CAPIXABA 2022

#	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA
65	Tributação	Ações Setoriais	PROPOSTA 17: Alteração da regra imposta pelo art. 530 L-G-B, §1º-A, II, do Regulamento de ICMS do Estado do Espírito Santo, a fim de que o benefício fiscal concedido pelo art. 530 L-G-B possa ter sua fruição ampliada a outros contribuintes ligados à indústria de rochas ornamentais.
66	Inovação	Cultura da Inovação	PROPOSTA 1: Incentivar a cultura da inovação no Estado com o apoio a eventos que ressaltem a importância da inovação.
67	Inovação	Cultura da Inovação	PROPOSTA 2: Incentivar a cultura da inovação no Estado por meio do fomento de editais de apoio para ideias inovadoras envolvendo novos negócios com impacto social, ambiental e econômico.
68	Inovação	Habilidades Profissionais	PROPOSTA 3: Realização de estudo prospectivo para identificar as principais habilidades dos trabalhadores que serão demandadas na economia capixaba.
69	Inovação	Habilidades Profissionais	PROPOSTA 4: Viabilizar treinamentos descentralizados com foco nos processos inovativos com o apoio das instituições de ensino do Estado.
70	Inovação	Habilidades Profissionais	PROPOSTA 5: Viabilizar a qualificação dos estudantes das escolas públicas direcionando para as habilidades que serão demandadas na economia capixaba.
71	Inovação	Habilidades Profissionais	PROPOSTA 6: Viabilizar a qualificação dos estudantes das escolas públicas direcionando para as habilidades relacionadas ao empreendedorismo, finanças e ao ensino técnico.
72	Inovação	Infraestrutura	PROPOSTA 7: Implantação de uma infovia com a intenção de integrar órgãos públicos estaduais e municipais de todos os 78 municípios por meio da fibra óptica.
73	Inovação	Infraestrutura	PROPOSTA 8: Criação de infraestrutura laboratorial de alto desempenho para que as empresas de pequeno e médio porte possam avançar com projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I).
74	Inovação	Simplificação	PROPOSTA 9: Estimular a digitalização dos processos dentro dos órgãos públicos.
75	Inovação	Conexões	PROPOSTA 10: Estimular a atração das áreas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de empresas alocadas no Espírito Santo e que possuem essas áreas localizadas em outros estados ou outros países.

#	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA
76	Inovação	Conexões	PROPOSTA 11: Elaborar projetos de integração e articulação em rede entre pequenas e médias empresas, centros de pesquisas, universidades e hubs de inovação que atuam em mercados semelhantes e complementares, a fim de viabilizar processos/produtos inovativos – fortalecendo a representatividade institucional e a capacitação dos atores.
77	Inovação	Financiamento	PROPOSTA 12: Intensificar as linhas de financiamento do Bandes direcionadas para projetos que envolvam inovação.
78	Inovação	Financiamento	PROPOSTA 13: Estimular a atração de empresas com base em projetos de inovação dentro dos fundos de participação promovidos pelo Fundo Soberano do Espírito Santo.
79	ESG	Ambiental	PROPOSTA 1: Aumentar a eficiência do processo de licenciamento ambiental, por meio de: ampliação das competências no licenciamento ambiental municipal, maior celeridade na análise dos processos de licenciamento e capacitação e integração dos servidores e órgãos envolvidos no licenciamento.
80	ESG	Ambiental	PROPOSTA 2: Adoção de medidas para reduzir os prazos-limites para a renovação do licenciamento ambiental por parte do poder público.
81	ESG	Ambiental	PROPOSTA 3: Criar ferramentas que garantam maior transparência aos processos de licenciamento, sendo possível identificar o estágio e os prazos do processo dentro dos órgãos responsáveis.
82	ESG	Ambiental	PROPOSTA 4: Garantir a efetivação das ações do Programa de Geração de Energias Renováveis do Espírito Santo (Gerar), bem como ampliá-lo a grandes projetos de energia renovável.
83	ESG	Ambiental	PROPOSTA 5: Garantir a implantação do Plano Estadual de Mudanças Climáticas, do Plano Estadual de Recursos Hídricos e do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, de forma a criar diferenciais competitivos para a indústria capixaba.

QUADRO-RESUMO DA AGENDA DA INDÚSTRIA CAPIXABA 2022

#	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA
84	ESG	Ambiental	PROPOSTA 6: Estruturar uma política pública de incentivo à economia circular e de valoração econômica/ambiental dos resíduos sólidos industriais, transformando em coprodutos aqueles com comprovada aplicação técnica.
85	ESG	Ambiental	PROPOSTA 7: Assegurar que parte do valor do Fundo Soberano seja direcionado para implementação de projetos de redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e adaptação climática, que contribuam para a descarbonização da economia e para a adaptação do Estado aos cenários futuros de mudanças do clima.
86	ESG	Governança	PROPOSTA 8: Recriar o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).
87	ESG	Governança	PROPOSTA 9: Estabelecer incentivos fiscais, tributários ou administrativos à práticas sustentáveis e da pauta ESG, tais como descarbonização (Net Zero) e economia circular, definindo critérios de estímulo ao bom desempenho das indústrias nestas áreas ao invés de somente mecanismos de punição para o mau desempenho.
88	ESG	Social	PROPOSTA 10: Ampliar a captação de recursos destinados a políticas públicas para elaboração e execução de projetos sociais, culturais, esportivos e de saúde para crianças e adolescentes matriculados em escolas públicas e/ou residentes em comunidades carentes.
89	ESG	Transversal	PROPOSTA 11: Fortalecer, estrutural e financeiramente, os órgãos de governo que atuam em prol das pautas relacionadas ao ESG.
90	ESG	Transversal	PROPOSTA 12: Estimular o desenvolvimento de iniciativas que tenham por objetivo aproximar a indústria, o poder público e a sociedade na discussão da temática ESG.





POR VOCÊ. PELA INDÚSTRIA. PELO ESPÍRITO SANTO.